



## SEÇÃO LIVRE

# A Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (1917-1974): um resgate histórico

*La Asociación Portuguesa para el Progreso de la Ciencia (1917-1974): un repaso histórico*

*The Portuguese Association for the Advancement of Science (1917-1974): a historical review*

**Maria Fernanda Rollo<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-2249-7279](https://orcid.org/0000-0002-2249-7279)  
[fernandarollo@fernanda-rollo.me](mailto:fernandarollo@fernanda-rollo.me)

**Tiago Brandão<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-7733-1735](https://orcid.org/0000-0002-7733-1735)  
[tiagobrandao@fcs.unl.pt](mailto:tiagobrandao@fcs.unl.pt)

**Maria Inês Queiroz<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-3711-2009](https://orcid.org/0000-0003-3711-2009)  
[qines@hotmail.com](mailto:qines@hotmail.com)

**Recebido em:** 27 mar. 2023.

**Aprovado em:** 15 jun. 2023.

**Publicado em:** 18 dez. 2023

**Resumo:** A Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (APPC), criada em 1917 por iniciativa de Francisco da Costa Lobo, professor na Universidade de Coimbra, e com o apoio do astrónomo catalão Ricardo Cirera, foi diretamente inspirada pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências. A associação espanhola tinha sido constituída em 1908, organizando desde logo congressos bienais que reuniam diversos domínios científicos, por sua vez enquadrados em seções, procurando, desse modo, congregar as diversas áreas e promover a divulgação e o desenvolvimento do conhecimento científico. Através da nova associação portuguesa, seria então formalizada a participação de Portugal nos congressos da associação espanhola, dando lugar, a partir de 1921, à organização de encontros conjuntos – os “Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências” – cuja atividade se estenderia até os anos 1970. É o resgate da trajetória dessa instituição – encarada de forma integrada e global e interpretada no contexto da história geral das relações luso-espanholas – que pretendemos abordar neste estudo de caráter histórico e historiográfico.

**Palavras-chave:** Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências; instituições científicas; sociedades científicas; políticas científicas; relações luso-espanholas; diplomacia científica; história da ciência.

**Abstract:** The Portuguese Association for the Progress of Sciences (APPC), created in 1917 on the initiative of Francisco da Costa Lobo, professor at the University of Coimbra, and with the support of the Catalan astronomer Ricardo Cirera, was directly inspired by the Spanish Association for the Progress of Sciences. The Spanish association had been set up in 1908, organising biennial congresses that brought together various scientific fields, which in turn were divided into sections, in an attempt to bring together the various areas and promote the dissemination and development of scientific knowledge. Through the new Portuguese association, the Portuguese participation in the congresses of the Spanish association was then formalised, leading to the organisation of joint meetings from 1921 onwards – the “Portuguese-Spanish Congresses for the Progress of Sciences – whose activity would continue until the 1970s. It is the recovery of the trajectory of this institution, delve in integrated and global manner and interpreted in the context of the general history of Luso-Spanish relations, that we intend to address in this historical and historiographical study.

**Keywords:** Portuguese Association for the Advancement of Science; congeners; scientific societies and associations; science policies; portuguese and spanish relations; science diplomacy; history of science.

**Resumen:** La Asociación Portuguesa para el Progreso de las Ciencias (APPC), creada en 1917 por iniciativa de Francisco da Costa Lobo, profesor de la Universidad de Coimbra, y con el apoyo del astrónomo catalán Ricardo Cirera, se inspiró directamente en la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. La asociación española se había creado en 1908, organizando congresos bienales que reunían



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

diversos campos científicos, divididos a su vez en secciones, en un intento de agrupar las distintas áreas y promover la difusión y el desarrollo del conocimiento científico. A través de la nueva asociación portuguesa, se formalizó entonces la participación portuguesa en los congresos de la asociación española, dando lugar a la organización de reuniones conjuntas a partir de 1921 -los 'Congresos Luso-Españoles para el Progreso de las Ciencias', cuya actividad se prolongaría hasta la década de 1970. Es el rescate de la trayectoria de esta institución -vista de forma integrada y global e interpretada en el contexto de la historia general de las relaciones luso-españolas- la que pretendemos abordar en este estudio histórico e historiográfico.

**Palabras-clave:** Asociación Portuguesa para el Progreso de las Ciencias; congéneres; sociedades científicas; políticas científicas; relaciones portugués-español; diplomacia científica; historia de la ciencia.

## Introdução<sup>2</sup>

A história da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências vem sendo paulatinamente reconstituída nos últimos 20 anos. Incidindo particularmente nos primeiros anos da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (APPC) (1917-1942), a literatura de história das ciências começou, a princípio, com Nunes (2002), quando logo se realçou a promiscuidade entre atividade científica e poderes estabelecidos; em contributo mais recente, destacou-se mesmo uma convergência entre ciência e ideologia, a ponto de se falar de uma, diríamos, progressiva "formatação ideológica do Estado português" (Nunes, 2018, p. 484), face inclusive ao ascendente do Estado espanhol.

Essa questão ideológica, característica da relação luso-espanhola de meados do século XX, fora, aliás, assinalada por alguns autores, como Ferreira (2015), que explora também o exemplo dos congressos luso-espanhóis "para o avanço da ciência", sendo igualmente trabalhado com Brandão (2014a) por meio de uma análise do discurso oficial do Estado Novo português sobre a ciência. A apropriação "pública" do poder da ciência é, assim, um fenômeno que atraiu já algum interesse. Por exemplo, outros autores

(e.g., Gonçalves, 1993, 1996) para além da área da história exploraram as relações da ciência com a democracia e da comunidade científica com o poder. Porém, os estudos mais de caráter sociológico sobre o associativismo científico e a situação atual das sociedades científicas têm exercido limitada (ou nenhuma) prospecção histórica e menos ainda demonstrado interesse sobre as associações para o progresso das ciências (Delicado *et al.*, 2012, 2013; Junqueira *et al.*, 2014).

Já outros estudos têm sido mais parcelares e restritos a uma leitura disciplinar. Por exemplo, um grupo de história das ciências da Universidade de Aveiro, sob orientação do matemático Helmuth Malonek, desenvolveu um conjunto de estudos sobre o papel dos congressos da APPC e, em particular, os primeiros congressos luso-espanhóis para o progresso das ciências no desenvolvimento da matemática em Portugal, num período que medeia a busca em quebrar o isolamento científico, destacando-se o contributo pioneiro de Francisco Gomes Teixeira (1851-1933), e o tempo entre a geração seguinte (Mira Fernandes, Vicente Gonçalves e a Sociedade Portuguesa de Matemática) até os anos 1940 (Bernardo, 2006; Morais, 2007). Kharlamova (2013), na mesma linha, descreve o processo de integração dos matemáticos portugueses na comunidade matemática internacional, no final do século XIX e XX, focando-se na vida e na obra do matemático Gomes Teixeira, de passagem sublinhando o papel das sociedades e associações científicas, incluindo a APPC, e os congressos luso-espanhóis para a inserção internacional na comunidade científica peninsular.

A associação portuguesa vem assim sendo estudada por colegas da área da história das ciências<sup>3</sup>, que geralmente se focam em sublinhar a circulação de cientistas e as relações entre instituições em nível transnacional (Nunes, 2014a, 2014b, 2014c), reclamando o conceito univer-

<sup>2</sup> Uma primeira versão deste estudo foi apresentada no âmbito da 42nd Annual Conference of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies, realizado em Lisboa, no Instituto de Ciências Sociais, em 30.06.2011, sob o título *Organização científica, cultura e desenvolvimento económico: a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências e os congressos Luso-Espanhóis*.

<sup>3</sup> Ver simpósio decorrido em Alcalá de Henares (junho de 2017), intitulado "Intercambios científicos luso-españoles entre la JAE e la JEN y los primeros congresos itinerantes de las Asociaciones Española y Portuguesa para el Progreso de las Ciencias", organizado por Leoncio López-Ocon e com diversos trabalhos publicados em Ruiz-Berdún (2018).

sal da ciência contemporânea. Nessa medida, a “reinvenção” da história da(s) ciência(s) (e.g., Nunes; Carolino, 2017), cremos, tem ainda muito que caminhar. Importa, hoje ainda, aprofundar as relações entre história e ciência e entre historiadores e cientistas, bem como entre ciência, sociedade e poder político, incluindo o potencial de reflexão sobre as trajetórias institucionais e políticas e a sua mais ou menos longínqua, inclusive pela sua (ainda) eficaz, incidência nas mais recentes circunstâncias e políticas do sistema científico português. É uma perspectiva que está ainda, claramente, na sua infância. Este contributo, apoiado sobretudo numa metodologia de trabalho com fontes de arquivo, pretende dar a conhecer a trajetória da APPC para além dos anos 1920 e 1930, esclarecendo o destino desta associação nos anos do pós-guerra até vésperas da Revolução de Abril (1974), indo, desse modo, mais além relativamente a contributos anteriores (Brandão, 2014a, 2014b; dentre outros).

É, assim, nossa perspectiva que a história desta instituição deva ser encarada de forma integrada e global<sup>4</sup> – e não truncada, como frequentemente sucede com o olhar “científico”, alheado do contexto político e institucional do regime nacional, transitando da Primeira República para o Estado Novo e desta para o ressurgimento da Democracia portuguesa. Um “resgate” porque geralmente também o olhar sociológico das associações e das sociedades científicas vem esquecendo a menção histórica a este formato de associação de tipo transversal e/ou federativo. A APPC é assim aqui revisitada e interpretada no âmbito de um processo duplo de institucionalização da ciência e das políticas científicas, assim como

no contexto da história geral das relações luso-espanholas. Fica evidente a função ideológica desempenhada pela diplomacia científica entre as duas nações ibéricas, até ao decênio de 1970, e, em particular, no que refere ao impacto dos regimes salazarista e franquista nas respectivas comunidades científicas e no próprio ocaso deste tipo de associação.

### A fundação da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências

Não se pretendendo aqui, portanto, repetir algumas coisas que já têm sido demonstradas pela literatura acima revista, devemos, todavia, ainda esclarecer alguns aspectos relativos ao processo português e à criação da APPC. A associação foi fundada em 1917 por iniciativa de um monárquico e conservador, Francisco da Costa Lobo (1864-1945), professor na Universidade de Coimbra, com o apoio do astrónomo espanhol Ricardo Cirera<sup>5</sup> (Ricard Cirera i Salse, 1864-1932), claramente inspirados pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências – por sua vez, mimetizando sociedades do género *já existentes* em outros países, caso da Inglaterra, Alemanha, Suíça e Estados Unidos (ver Brandão, 2023).

Logo no mesmo ano de sua fundação, a APPC participou no VI Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, realizado em Sevilha. A associação portuguesa envolveu-se então na construção de sociabilidades e de redes científicas, notadamente com o país vizinho, bem como a organização conjunta dos famosos congressos luso-espanhóis. No VII Congresso, celebrado em Bilbao, em 1919, foi assim acordado que o congresso seguinte fosse con-

<sup>4</sup> Ainda que conte já com diversas menções marginais (ex. Ferreira, 2012, p. 197), a verdade é que está por redigir uma história (institucional), global e integrada, da APPC, o que, obviamente, não teria aqui cabimento neste formato. Para tal será necessária pesquisa sistemática dos arquivos do Instituto Camões, algo em que este estudo se baseia, mormente nas pastas pertencentes ao expediente do Instituto de Alta Cultura; mas também mencionar o subfundo da APPC que integra o fundo arquivístico do Instituto de Coimbra, à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (por exemplo, <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=170358>). Existem dispersas também um conjunto de fontes impressas que, entre os anos 1930 e 1970, proporcionam subsídios importantes para esta história, contendo comunicações de cientistas e discursos de diversas autoridades (ex. Amândio Tavares, Orlando Ribeiro, dentre outras autoridades científicas e políticas).

<sup>5</sup> Jesuíta catalão, astrónomo, especialista em geomagnetismo e responsável pelo primeiro levantamento geomagnético das Filipinas e fundador do Observatório del Ebro em Roquetes, Catalunha (Espanha). Veja-se ainda a revista *Iberica*, vinculada ao Observatório: <https://www.obsebre.es/es/es-revista-iberica>. Ver também Arquivo do Instituto Camões (AIC), *XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Sevilha. Novembro – 1960. 0347/19. Relatório de participação no XXV Congresso de Sevilha, assinado pelo matemático Rui Carrington Simões da Costa (1894-1964), em que se faz breve histórico da criação da APPC e dos primeiros congressos luso-espanhóis. É neste relato que se faz menção ao astrónomo espanhol (p. 1) [datação incerta, dezembro de 1960 ou início de 1961]. Ver ainda Lobo (1917, p. 292; 1925, p. 543).

vocado conjuntamente pelas duas associações e levado a efeito em Portugal. Para esse fim, escolheu-se a cidade do Porto para receber na sua universidade os cientistas dos dois países, no ano de 1921. Esse foi, portanto, o I Congresso da Associação Portuguesa e o VIII da Associação Espanhola (*i.e.*, a *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias* – AEPC)<sup>6</sup>. Através da nova

associação portuguesa, seria então formalizada a participação de Portugal nos congressos da associação espanhola, dando lugar, a partir de 1921, à organização de encontros conjuntos – os “Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências” – cuja atividade se extinguiu nos anos 1970 (ver Quadro 2).

#### QUADRO 1 – Cronologia: primeira etapa de institucionalização da política científica em Portugal

<b>1907</b>	<b>Janeiro</b> , criação, na Espanha, da <i>Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones científicas</i> (JAE).
<b>1917</b>	Criação da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, participando no Congresso da Associação Espanhola, em Sevilha. Augusto Celestino da Costa visita a JAE em Madrid.
<b>1918</b>	<b>20 de fevereiro</b> , criação de uma comissão, encarregada de apresentar as bases para a criação de um organismo semelhante ao 'National Research Council', dos Estados Unidos da América do Norte, e à 'Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas', de Espanha. A comissão acabaria por não se reunir. <b>19 e 22 de abril</b> , Conferências de Celestino da Costa, onde foi defendida a criação, em Portugal, de um organismo semelhante à junta espanhola.
<b>1921</b>	<b>26 de junho a 1 de julho</b> , realização, no Porto, do primeiro Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.
<b>1923</b>	<b>21 de junho</b> , Estatuto da Educação Nacional, de João Camoesas, que prevê a criação de uma Junta Nacional de Fomento das Atividades Sociais e Investigações Científicas. <b>29 de dezembro</b> , constituição, no Ministério da Instrução Pública, da Junta de Orientação dos Estudos, mas que não chega a entrar em atividade.
<b>1924</b>	<b>6 de setembro</b> , reconhecimento pelo governo português da utilidade pública da Junta de Educação (Instituto Promotor do Melhoramento da Cultura Nacional e da Investigação Científica).
<b>1926</b>	<b>28 de julho</b> , reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública. <b>27 de dezembro</b> , criação, na Espanha, da <i>Junta de Relaciones Culturales</i> .
<b>1928</b>	Elaboração do Projeto de criação da Junta de Educação Nacional por uma comissão nomeada pelo ministro da Instrução, Duarte Pacheco.
<b>1929</b>	<b>16 de janeiro</b> , criação da Junta de Educação Nacional, primeira agência de financiamento à ciência em Portugal. <b>23 de fevereiro</b> , realização da primeira sessão da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional. <b>27 de junho</b> , aprovação do primeiro regulamento da Junta de Educação Nacional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<sup>6</sup> AIC, XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Sevilha. Novembro – 1960. 0347/19. Relatório de Rui Carrington Simões da Costa [datação incerta, dezembro de 1960 ou início de 1961].

**QUADRO 2** – Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências

Congresso		Localidade	Portugueses	Datas
I	1908	Saragoça		22-29 de outubro
II	1910	Valência		16-20 de maio
III	1911	Granada		20-25 de junho
IV	1913	Madrid		15-20 de junho
V	1915	Valladolid		17-22 de outubro
VI	1917	Sevilha		6-11 de maio
VII	1919	Bilbao		7-12 de setembro
VIII	1921	Porto	I	26 de junho a 1 de julho
IX	1923	Salamanca		24-29 de junho
X	1925	Coimbra	II	14-19 de junho
XI	1927	Cádiz		1-7 de maio
XII	1929	Barcelona		20-27 de maio
XIII	1932	Lisboa	III	15-21 de maio
XIV	1934	Santiago de Compostela		1-8 de agosto
XV	1938	Santander		15-19 de agosto
XVI	1940	Saragoça		15-21 de dezembro
XVII	1942	Porto	IV	18-24 de junho
XVIII	1944	Córdoba		3-10 de outubro
XIX	1947	San Sebastián		7-13 de abril
XX	1950	Lisboa	V	23-29 de outubro
XXI	1951	Málaga		9-15 de dezembro
XXII	1953	Oviedo		27 de setembro a 4 de outubro
XXIII	1956	Coimbra	VI	1-5 maio
XXIV	1958	Madrid		14-20 de maio
XXV	1960	Sevilha		23-26 de maio
XXVI	1962	Porto	VII	22-26 de junho
XXVII	1964	Bilbao		20-24 de julho
XXVIII	1966	Tarragona		24-29 de outubro
XXIX	1970	Lisboa	VIII	31 de março a 4 de abril
XXX	1972	Murcia		6-11 de novembro
XXXI	1974	Cádiz		1-5 de abril
XXXII	1977	León		28 de março a 1 de abril
XXXIII	1979	Badajoz		17-21 de dezembro

Fonte: Sierra (1993).

## Espanha como referência

Tanto quanto se conhece, as primeiras ideias em Portugal sobre a necessidade de criação de um organismo de apoio à investigação científica propriamente dita teriam sido ventiladas no rescaldo da Grande Guerra por Augusto Celestino da Costa (1884-1956) num conjunto de conferências que realizou entre 19 e 22 de abril de 1918 na Sociedade de Geografia de Lisboa a convite da Federação Acadêmica de Lisboa. Ali, Celestino da Costa defendeu a constituição, em Portugal, de um organismo semelhante à espanhola *Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas*, vocacionada para o apoio à investigação científica, criada em 1907, e relatou ainda detalhes da sua visita realizada a Madrid, em março do ano anterior, precisamente para estudar as instituições científicas da capital espanhola (Costa, [1918], p. 38).

No seguimento dessa visita, Celestino da Costa foi nomeado, juntamente com o crítico literário Fidelino de Figueiredo (1889-1967) e Maria Dias da Silva – José Alfredo Mendes de Magalhães (1871-1957) era o ministro de Instrução Pública do período sidonista –, por portaria de 20 de fevereiro de 1918, para participar nos trabalhos de uma comissão encarregue de apresentar as bases para a criação de um organismo que se assemelhasse tanto com o *National Research Council*, dos Estados Unidos da América do Norte, como com a *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas* (JAE) da Espanha. E isto porque, segundo a mesma portaria, se havia

reconhecido a urgente oportunidade de remodelar completamente o serviço de pensões para estudo no estrangeiro, de modo a assegurar ao Estado meios de fiscalização científica e administrativa e tornar essas pensões mais profícuas, bem como mostrava [...] indispensável fomentar o gosto das investigações científicas originais, em termos que facultem novo sistema de recrutamento dos professores de ensino superior, que devem ser quanto possível selecionados de entre especialistas das ciências a professar<sup>7</sup>.

Já nos anos 1930, em pleno Estado Novo, a

atividade do Instituto para a Alta Cultura (IAC), sucessor da Junta de Educação Nacional, no domínio da difusão cultural em particular, foi também orientada pela consciência crescente de acompanhar o que por fora era operado e, muito em particular, com aquilo que na Espanha se fazia em termos de política da língua e propaganda cultural do regime nacionalista. Algumas das medidas propostas, ainda que mantidas em suspenso, assumiram aspectos curiosos: em 19 de fevereiro de 1949, a propósito da inauguração do Instituto Miguel Cervantes, na Espanha, criado tendo em vista o *estudo da sintaxe histórica do castelhano*, o então secretário do IAC, António de Medeiros Gouveia (1900-1972), sugeriu o alargamento da "acção do Centro de Estudos Filológicos, criando-se uma secção com ordena idêntico para o português, a que se poderia chamar Instituto Luís de Camões"<sup>8</sup>.

Igualmente, no início dos anos 1950, aquando da discussão em torno da necessidade de promover a investigação no domínio da energia nuclear, Espanha volta a ser o principal fator desbloqueador do atavismo das elites portuguesas, até então sem qualquer plano efetivo para lidar com os diferentes aspectos que o nuclear suscitava: o urânio, a investigação científica em física e energia nucleares, compreendendo suas diversas implicações (radioatividade, agenda energética etc.). Entre os principais impulsos a este nível esteve a criação da Junta de Energia Nuclear espanhola, em 1951, que veio despertar a atenção de António de Oliveira Salazar (1889-1970), desbloqueando os apoios necessários à promoção desta área de investigação. Numa nota de outubro de 1951, dirigida ao ministro da Educação Nacional (1947-1955), Fernando Pires de Lima (1906-1970), Salazar levantou a questão:

Já em tempos lhe comuniquei qualquer coisa relativamente aos estudos atômicos no nosso País, [...]. Vejo agora na imprensa a notícia da criação em Madrid de uma Junta de Energia Nuclear, à frente da qual foi posto o general Vigon. [...] *Nós somos um país produtor de urânio e parece também berílio. Ninguém sabe nada ao que parece, mas não havemos procurar*

<sup>7</sup> *Diário do Governo*, II Série, nº 93, 20 de fevereiro de 1918.

<sup>8</sup> AIC, *Livro de actas da Direcção* [...]. Ata da 181ª Sessão da Direcção do IAC, de 19 de fevereiro de 1949.

*saber?* [...] Por ora temos defendido as minas de urânio, como valor económico que não está suficientemente definido. Mas a posição é negativa e portanto de valor limitado. Não há aí alguém que estude como vai sair-se ou como poderá começar a sair-se do abismo de ignorância em que nos encontramos?

Vê-se pela notícia acima que os espanhóis se vão interessar pelos estudos em organismos próprios, talvez depois de terem mandado habilitar gente sua nos centros americanos ou franceses.

E nós?<sup>9</sup>

Na sequência desta nota, o IAC viu-se pressionado e assim oficialmente encarregado de assumir o desenvolvimento dos estudos sobre energia nuclear, iniciando os trabalhos de preparação de uma Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear (1952) mediante a mobilização de especialistas e de representantes dos vários ministérios interessados, nomeadamente da Economia e Negócios Estrangeiros. Essa preparação incluiu um conjunto de missões de estudo ao estrangeiro, pelas quais se pretendeu compreender os vários modelos de desenvolvimento das investigações sobre energia atômica seguidos pelos diversos países, e estabelecer relações para o futuro envio de bolseiros portugueses – missões estas que abrangeram países como Espanha, Suécia, Dinamarca e Inglaterra (Rollo *et al.*, 2012).

Podemos, pois, afirmar que foi sempre tendo presente o modelo espanhol que as autoridades portuguesas foram adaptando as suas instituições científicas às novas circunstâncias históricas. Outro exemplo foi o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC), herdeiro franquista da mencionada JAE (Malet, 2008; Muñoz, 1990; Sánchez-Ron, 1992, 1998, 2000; Santesmases; Muñoz, 1993; Zaragoza *et al.*, 1990), por exemplo, aquando o parecer emitido pela Câmara Corporativa, de 1951, em momento de balanço da ação do Instituto para a Alta Cultura, e às vésperas de nova reforma. É verdade que havia sido criado

vários centros a partir de 1940, mas os resultados eram mesmo assim pouco animadores. O relato de Marcelo Caetano (1906-1980) no parecer da Câmara Corporativa seria explícito a esse propósito. Os bolseiros reunidos nos centros, criados a partir de 1940, correspondiam a pouco mais “do que ao agrupamento teórico de pessoas que não era possível, em geral, auxiliar e dotar tão eficazmente como as circunstâncias exigiam”<sup>10</sup>. Segundo o parecer de quem era já então o benjamim do regime, a reforma do IAC estava longe de atingir o êxito do que se processara na Espanha na organização dos seus institutos através do CSIC.

Também para Sousa da Câmara, participante ativo nos debates que levaram à reforma do IAC nos anos 1950<sup>11</sup> (Rollo *et al.*, 2012), o exemplo de Espanha era o primeiro argumento, em que se apontava a recente expansão do CSIC. Elogiando este conselho e o *establishment* científico espanhol, o organismo sucessor da JAE era agora peça basilar de toda a investigação científica espanhola, “uma árvore, da qual irrompem os ramos das variadas ciências” (Câmara, 1947, p. 8), um ideário que, realçara este diretor da Estação Agronômica de Oeiras (Lisboa), vinha logrando conciliar as “ciências do espírito” e as ciências aplicadas (Câmara, 1956, p. 7).

Durante o período do Estado Novo, o IAC foi alvo de diversas reformas, atravessando várias dificuldades, desde insuficiências de recursos e de visão estratégica da parte de seus dirigentes, malogrando-se sempre a pressão para que assumisse convenientemente a missão de órgão coordenador (Brandão, 2017; Rollo *et al.*, 2012). Num desses momentos de balanço, uma nota, datada de 1967, de um dos conselhos consultivos do IAC, o Conselho de Fomento Cultural do Instituto deixava um desabafo: “A Espanha ultrapassou-nos em muitos sectores. Reina entre os novos uma atitude de descrença nas possibilidades de vir a criar-se em Portugal investigação autêntica e

<sup>9</sup> AIC, Centro de Estudos de Energia Nuclear, 0677/10. Nota de 27 de outubro de 1951 de António de Oliveira Salazar para Fernando Pires de Lima.

<sup>10</sup> Parecer nº 21/V, Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais (Projeto de Decreto-Lei nº 512), Relator Marcelo Caetano (Presente ao Governo em 7 de novembro de 1951), p. 253.

<sup>11</sup> Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, V Legislatura (1949-1953), Sessão de 14 de março de 1950, n.º 30, 15.03.1950.

os mais dotados emigram para os países tecnicamente e cientificamente mais evoluídos”<sup>12</sup>.

De fato, às vésperas de 1974, o instituto configurava-se como organismo bicéfalo, mantendo dois polos de ação com naturezas de procedimento diametralmente opostas e consequências para os serviços – coisa que a estrutura do instituto não contemplava. Talvez por isso, a essa altura, se ponderasse já, como viria a suceder após a Revolução de 1974, a eventual partição do IAC como solução para este problema, tendo precisamente como referência o que se fizera na Espanha, separando funções entre o Conselho Superior de Investigações Científicas e o Instituto da Hispanidade.

### A APPC sob a tutela do IAC

A Associação Portuguesa, ao contrário da sua congênera espanhola, viria a ser criada em 1917, antes da criação da primeira instituição portuguesa verdadeiramente vocacionada para a política científica, a Junta de Educação Nacional de 1929 (ver Quadro 1). Como vimos, a APPC não parece ter se envolvido, ao menos diretamente, nesse processo de institucionalização da política científica em Portugal. No entanto, já com o Estado Novo português, a APPC não desapareceu, antes pelo contrário. Viria mesmo a ser “refundada” por iniciativa do IAC, organismo sucessor da JEN, em 1936, e que assumiu o papel de agência de ciência em Portugal.

A JEN estabeleceu uma relação de certa autonomia em relação ao meio universitário, mas a sua metamorfose no IAC e a afirmação do espírito autoritário do Estado Novo imprimiu uma relação mais estreita entre o Instituto e o mandarinato universitário. A organização e a criação dos centros e a necessidade de regulá-los coincidiram também com a afirmação de uma postura diferente por

parte do instituto. Foi nesses período, de 1937 a 1939, que se insistiu de modo mais sistemático na necessidade de se realizar “estudos de conjunto”. Em fevereiro de 1938, decidiu-se mesmo fazer um estudo sobre as bolsas a conceder no país<sup>13</sup>. Um ano depois, foi realizada outra pesquisa sobre as verbas destinadas aos “Centros de estudo e publicações”<sup>14</sup>.

É, pois, dentro dessa lógica de maior intervenção que se assiste, entre 1938 e 1940, à refundação da APPC, colocando-a na tutela do IAC. Ressalta-se que, na sua maioria, os membros das instituições científicas que constituíam a APPC provinham sobretudo do meio universitário, o que, de algum modo, traduzia uma extensão das relações entre o IAC e o mundo acadêmico. Do ponto de vista do que vinha sendo a associação portuguesa até então, a palavra era que deixasse de ser uma *mera sociedade de amigos – um simples aglomerado de amigos e cultores da ciência*<sup>15</sup>, segundo Pedro José da Cunha (*apud* Sierra, 1993), – *para converter-se numa federação de sociedades científicas*. Desse modo, a comissão executiva da APPC vinha fornecer ao IAC um novo mecanismo de controle sobre a comunidade científica portuguesa, não só através das atividades organizadas pela associação, mas também junto das demais sociedades científicas.

Foi assim que, em dezembro de 1938, Pedro José da Cunha, um decano da Universidade de Lisboa, anunciou um estudo sobre a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências<sup>16</sup>, no seguimento da sessão do IAC de outubro de 1938, onde foi mencionada a necessidade de reorganizar essa associação<sup>17</sup>. Foram assim redigidos os primeiros estatutos:

Artigo 1.º – A Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (a seguir designada por Associação) é uma federação de sociedades científicas portuguesas e tem por objecto o

<sup>12</sup> AIC, Conselhos Consultivos do Instituto de Alta Cultura. 1205/4. Documento de trabalho/parecer (ref. entrada 07.08.1967).

<sup>13</sup> *Idem*, Livro de actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional de 1935 a 1936 e da Direcção do Instituto para a Alta Cultura de 1936 a 1942, Ata da 40ª Sessão da Direcção do IAC, 12.2.1938.

<sup>14</sup> *Idem*, Ata da 58ª Sessão da Direcção do IAC, 10.2.1939.

<sup>15</sup> AIC, XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Sevilha. Novembro – 1960. 0347/19. Relatório de Rui Carrington Simões da Costa, p. 2. Idatação incerta, dezembro de 1960 ou início de 1961.

<sup>16</sup> *Idem*, Livro de actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional de 1935 a 1936 e da Direcção do Instituto para a Alta Cultura de 1936 a 1942, Acta da 56ª Sessão da Direcção do IAC, 12.12.1938.

<sup>17</sup> *Idem*, Ata da 54ª Sessão da Direcção do IAC, 7.10.1938.



fomento da cultura nacional, principalmente nas suas manifestações científicas.

Para o conseguir, organizará congressos, conferências e concursos; poderá tomar parte nos congressos promovidos por associações estrangeiras congêneres; contribuirá para a fundação de instituições de ensino; favorecerá a comunicação intelectual entre os seus sócios e quaisquer outras entidades e indivíduos igualmente interessados nos progressos da Ciência; e procurará impulsionar a investigação científica (APPC, 1940, p. 3).

Vários outros aspectos ficavam definidos nesses estatutos. Nomeadamente, buscava-se assegurar a *autonomia* das sociedades científicas (Art. 2º), definindo-se também que a APPC ficaria com sede em Lisboa, *numa escola superior, numa agremiação científica ou centro de investigação ou, ainda, na sede de uma das sociedades agremiadas* (Art. 3º)<sup>18</sup>. Previa-se, contudo, que se organizassem *núcleos* regionais de estudo e propaganda em Coimbra e no Porto, assim como nas ilhas adjacentes e territórios ultramarinos, "núcleos cujas esferas de acção coincidirão com as respectivas circunscrições universitárias", dizia-se (Art. 6º). Não há, todavia, notícia dessa organização de presença capilar no território metropolitano e ultramarino<sup>19</sup>.

Tema sensível era o da federação e cotização das sociedades parceiras. Cedo, a disposição quanto à cotização dos membros sócios mereceu questionamentos numa reunião dos delegados das sociedades científicas federadas na APPC<sup>20</sup>. Solicitava-se "informações sobre a cotização das Sociedades federadas cuja vida económica é difícil"<sup>21</sup> (Fernando Frade, 1898-1983, biólogo e chefe de várias missões científicas no ultramar), ao mesmo tempo que Bento de Jesus Caraça (1901-1948), por exemplo, interpelava os cole-

gas sobre as reais possibilidades da APPC. Este catedrático do ISEG – que, como se sabe, viria a ser preso pelo regime salazarista (1946) – expressava a sua "impressão de que a Associação não tem fundos de qualquer espécie" e de que a cotização, prevista nos Estatutos, "não poder ser, em qualquer hipótese, a bastante para permitir o cumprimento dos seus fins"<sup>22</sup>. Receava-se, sem dúvida, de que as agremiações filiadas não tivessem recursos suficientes para a cotização, menos ainda para proporcionar um orçamento razoável à APPC e, sobretudo, a necessária autonomia e independência face aos interesses do estado.

Com efeito, o estatuto aprovado previa *sócios protetores e sócios ordinários* (Art. 4º), sendo os primeiros aqueles que contribuísem para a associação com donativos não inferiores a 1500\$00; enquanto os segundos seriam sociedades científicas filiadas, bem como os indivíduos com atividade científica reconhecida e que desejassem filiar-se, que deviam então contribuir com uma cota anual inferior, de 50\$00. Assinala-se que, além de sociedades científicas, a APPC pretendia ainda agremiar *centros de estudo oficiais (faculdades; escolas, institutos, academias, etc.)* e outras *instituições científicas* (Art. 5º).

Pedro José da Cunha, então eleito presidente da APPC, acudiu a estas reservas assegurando que a associação fora criada "por necessidade nacional"<sup>23</sup> e que, "nessas condições[,] o Estado não se desinteressará pela vida da Associação"<sup>24</sup>, sublinhando ainda o fato de o seu Vice-Presidente ser, por inerência, o Presidente do IAC, fato que "asseguralria a ligação com o órgão do Estado que é competente"<sup>25</sup> no financiamento às questões da ciência, da investigação e das relações

<sup>18</sup> Em rigor, acabaria por ficar sediada nas instalações do próprio IAC.

<sup>19</sup> Ao contrário, por exemplo, da BAAS, que, desde a década de 90 do século XIX, organizou congressos nos seus territórios ultramarinos: primeiro em Montreal (Canadá), em 1884; a segunda vez na mesma cidade, em 1909; África do Sul (1905, 1929); Austrália (1914); Toronto (1924) etc. (Macleod & Collins, 1981, p. 34; Worboys, 1981).

<sup>20</sup> A essa altura, em 1940, eram cerca de 20 as sociedades científicas afiliadas, embora apenas 14 tenham participado desta reunião.

<sup>21</sup> O ocorrido dá-se na mesma reunião em que fora eleito Pedro José da Cunha para presidente da APPC (26 votos, contra 2, de A. P. Celestino da Costa) e Francisco de P. Leite Pinto para seu secretário (25 votos, 2 para Fernando Frade e 1 para Bento de Jesus Caraça). Acervo pessoal do Prof. Eng. Francisco de Paula Leite Pinto, Ata da "Reunião dos delegados das Sociedades Científicas portuguesas que por federação constituirão a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências", 14.12.1940, p. 5.

<sup>22</sup> *Idem*, Ata da "Reunião dos delegados das Sociedades Científicas portuguesas que por federação constituirão a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências", 14.12.1940, p. 5.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> *Idem*, Ata da "Reunião dos delegados das Sociedades Científicas portuguesas que por federação constituirão a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências", 14.12.1940, p. 5.

<sup>25</sup> *Idem*.

culturais externas. Culminando esse debate, parece inclusive ter se decidido ser contrário ao que os estatutos recém aprovados previam:

Embora não esteja proibida qualquer contribuição voluntária a fazer por alguma das Sociedades agremiadas, a Associação viverá sem cotização permanente. Quer dizer, as Sociedades agremiadas não verão as suas receitas diminuídas pelo fato de se terem federado<sup>26</sup>.

Outro aspecto interessante é um debate surgido numa reunião da Assembleia Geral da Associação, em 1941, antes do Congresso do Porto, de junho de 1942. A troca de impressões entre os participantes é reveladora de como a APPC não era olhada pelos seus protagonistas como uma agremiação corporativa, de defesa dos interesses estritamente profissionais de cientistas – como a brasileira SBPC veio a assumir-se em determinados momentos (Botelho, 1990; Reis; Schwartzman, 1990). Nessa sessão, foi mesmo sublinhado que a filiação de sindicatos na APPC não seria desejável, olhada após a sua "refundação" como uma "federação científica", apenas se admitindo pontuais exceções, em que haja acumulação de funções de agremiação científica com sindicalismo, algo que deveria ser objeto de autorização superior do estado<sup>27</sup>.

Com efeito, esta reorganização da APPC estaria intimamente relacionada com o processo de concentração institucional próprio do Estado Novo, em que o IAC desempenharia uma função relativamente agregadora, quando não mesmo vigilante e controladora, de eventuais casos de independência de espírito menos consentâneos com a retórica e os fins do regime. Nesse sentido, os novos estatutos previam também que a associação fosse dirigida por uma Assembleia Geral e uma Comissão Executiva, sendo esta última presidida pelo presidente ou vice-presidente do IAC.

Dentre as competências da comissão executiva da APPC, destacavam-se evidentemente as relativas à sua atividade, centrada na organização

dos seus congressos – incluindo a seleção devida dos eventos organizados por outras sociedades e que a APPC apoiaria. Contudo, mais se previa aí, nomeadamente, outros tipos de atividade: "(§ d) a abertura de concursos de trabalhos científicos e de estudos de imediata aplicação e utilidade"; assim como "(§ e) representar aos poderes públicos, sempre que o julgar necessário, para a melhor execução dos fins da Associação" (APPC, 1940, p. 5-6).

No entanto, não é claro até que ponto a APPC desempenhou a sua missão nessa abrangência prevista nos estatutos. O caso espanhol parece ter sido semelhante nessa medida, se seguirmos Ausejo (1993, 2008), cujos primeiros estatutos, datados de 1908, estabeleciam como objeto "*el fomento de la cultura nacional, una sus manifestaciones científicas principalmente*", no âmbito do qual se propunha organizar "*Congresos, conferencias y concursos, procurará la fundación de instituciones de enseñanza; favorecerá la comunicación intelectual entre al país y las clases asociadas, y auxiliará, una la medida que sus recursos lo permitan, los trabajos y estudios de investigación*" (Estatutos AEPC *apud* Ausejo, 2008, p. 297). No entanto, à semelhança da associação portuguesa, esse programa também só se cumpriu parcialmente, sobretudo no tocante à organização dos congressos – não havendo notícia de que a associação espanhola tenha financiado programas de investigação, função logo desempenhada pela JAE, criada um ano antes (1907), ao contrário do caso português, que teve de aguardar a criação de uma agência de financiamento à ciência, o que ocorreu apenas em 1929.

Quanto ao papel de vigilância e filtragem, esse parece ter sido um dos propósitos centrais da APPC durante o período do Estado Novo. Por exemplo, os participantes congressistas deveriam passar pelo crivo e pela triagem das instâncias do IAC, sobretudo pela comissão executiva da APPC. Acrescenta-se que aos funcionários públicos, congressistas representantes ou não das socieda-

<sup>26</sup> *Idem*.

<sup>27</sup> Acervo pessoal do Prof. Eng. Francisco de Paula Leite Pinto, Ata da "Assembleia Geral da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências com a representação de catorze das 20 Sociedades filiadas", 7.3.1941.

des e dos centros, dependentes dos organismos do estado, era exigido requererem individualmente, por intermédio dos seus ministérios, aos respectivos ministros, a autorização necessária para se ausentarem do país e participarem dos congressos luso-espanhóis<sup>28</sup>. As condições de inscrição desses congressos também não eram propriamente abertas. Podiam inscrever-se nos congressos apenas quem tivesse em vista a apresentação de uma comunicação, e sobretudo se cumprisse um dos quatro requisitos seguintes: a) sócios de sociedades científicas filiadas; b) professores das faculdades, institutos, escolas superiores, médias e secundárias; c) membros das academias científicas; d) membros das ordens e sindicatos de profissões liberais para cujo exercício seja necessário diploma de estudos superiores<sup>29</sup>.

Quanto à atividade da APPC, os estatutos identificam clara e univocamente como principal móbil da associação a organização de congressos periódicos. O controle sobre esses congressos era bastante detalhado, por exemplo, cabia aos órgãos da associação *nomear os presidentes das seções dos congressos, os planos das conferências, os regulamentos, e a nomeação dos sócios que proferiam os discursos inaugurais e as comissões de propaganda e recepção* (Art. 11º). Predefiniam-se, ainda nesse estatuto, as seções científicas dos congressos: 1ª – *Ciências Matemáticas*; 2ª – *Astronomia, Geodésia, Geofísica e Geografia*; 3ª – *Física e Química*; 4ª – *Ciências Naturais*; 5ª – *Ciências Sociais*; 6ª – *Ciências Filosóficas e Teológicas*; 7ª – *Ciências Históricas e Filológicas*; 8ª – *Ciências Médicas e Biológicas*; 9ª – *Engenharia, Arquitetura e outras ciências aplicadas*. E, por fim, estipulava-se de antemão que os congressos a serem promovidos pela Associação deveriam

efetuar-se, "em regra e alternadamente", em localidades pertencentes às três circunscrições universitárias do país (Art. 16º)<sup>30</sup>.

No 24º Congresso, realizado em Madrid, que coincidiu com as "bodas de ouro" (cinquenta anos) da Associação Espanhola, em 1958, introduziu-se a novidade de se alternarem as sessões de trabalhos das várias seções com uma nova modalidade, os colóquios. Essa não era uma inovação da associação espanhola, outras de suas congêneres vinham experimentando modalidades alternativas às tradicionais seções disciplinares – ex. a associação britânica, a BAAS – *British Association for the Advancement of Science* (Macleod; Collins, 1981)<sup>31</sup>. Com esta nova modalidade, pretendia-se duas coisas: i) apresentar a ciência da forma mais eficaz possível ao público em geral; ii) quebrar um pouco a segmentação disciplinar das seções, proporcionando o diálogo entre áreas e especialistas (Lora-Tamayo *apud* Sierra, 1993). Os espanhóis, por seu lado, embora estivessem claramente seguindo a BAAS (e a APPC, por sua vez, seguia a AEPC), buscaram ainda, adicionalmente, organizar esses colóquios também no espaço de tempo decorrido entre os congressos. Nomeadamente, logo no ano de 1960, tiveram lugar dois colóquios, em que se abordaram temas específicos, como os "Problemas de terminologia linguística", denotando como os temas de filologia entretinham o público e os sábios ibéricos<sup>32</sup>.

Segundo o geólogo e catedrático do Porto, João Carrington Simões da Costa (1891-1983), que compareceu ao 25º Congresso, em 1960, em Sevilha, o formato dos colóquios era adotado de forma complementar às sessões. Tendo sido, por exemplo, os temas debatidos os seguintes: "A Universidade e a Região"; "Projecção andaluza na

<sup>28</sup> AIC, 15º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Oviedo, 0841/11. Circular nº 60 do Secretariado da APPC, 5.8.1953.

<sup>29</sup> *Idem*.

<sup>30</sup> É interessante registar a evolução das seções científicas, lembrando-se, por exemplo, das seções definidas no congresso do Coimbra de 1925: Ciências Matemáticas; Astronomia e Física do Globo; Ciências Físico-Químicas; Ciências Naturais; Ciências Sociais; Ciências Históricas, Filosóficas e Filológicas; Ciências Médicas; seção de Aplicações.

<sup>31</sup> Assinala-se que, além de presenças pontuais e individualidades em congressos internacionais de outras associações para o progresso das ciências, foram escassos os contatos oficiais da APPC com outras associações internacionais. Em 1968, todavia, há notícia de que a APPC foi convidada a participar da 130ª reunião anual da BAAS, em Dundee. AIC, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 0288/9.

<sup>32</sup> AIC, XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Sevilha, novembro – 1960. 0347/19 Relatório de Rui Carrington Simões da Costa, p. 2. [datação incerta, dezembro de 1960 ou início de 1961].

história do Novo Mundo"; "Problemas do azeite de oliveira"; "As plantas industriais na moderna economia agrícola"; "Quimioterapia de cancro"; "Industrialização do campo andaluz"; "Relações humanas na empresa andaluza"; e "Dialectologia e etnografia andaluza". Foi um evento concorrido e equilibrado, contabilizando 466 comunicações, sendo 236 de espanhóis e 233 de portugueses<sup>33</sup>.

Todavia, a execução desta nova modalidade mereceu também alguns reparos. De acordo com António Jorge Andrade de Gouveia (1905-2002), integrante da delegação portuguesa e vice-presidente da 11ª seção (Química):

Os colóquios tiveram uma feição acentuadamente regional: num congresso para o progresso das ciências não me parece que esse seja o melhor critério e sou da opinião que a escolha dos assuntos deveria resultar dum inquérito mais largo entre os especialistas de cada seção dos colóquios<sup>34</sup>.

Outro congressista também ficou com impressão semelhante:

Notou-se, como habitualmente, uma grande dispersão e diversidade de assuntos das comunicações. Quanto aos Colóquios que deveriam remediar aquele inconveniente, foram neste Congresso, na sua quase totalidade, apenas de interesse regional, andaluz, de modo que deles se desinteressaram muitos dos Congressistas portugueses. Impõe-se que os temas dos Colóquios sejam organizados de comum acordo entre as Associações Portuguesa e Espanhola e que sejam abordados problemas mais gerais que possam interessar o maior número possível de congressistas<sup>35</sup>.

Apesar destas reservas, as autoridades portuguesas também aderiram à modalidade dos colóquios. Na preparação para o 26º congresso luso-hispano, a realizar-se no Porto (1962), Amândio

Tavares expôs o racional justificativo:

obedecerá o Congresso a uma nova orgânica tendente a corrigir a dispersão dos trabalhos, promovendo Colóquios que possam interessar cultores de vários ramos da ciência e reduzindo os assuntos a versar nas diversas seções a alguns temas fundamentais<sup>36</sup>.

### As relações luso-espanholas: uma espiritualidade científica ibérica?

Sob a tutela do IAC, houve efetivamente uma aposta clara na APPC enquanto instrumento privilegiado no estímulo às relações luso-espanholas. Dentro da sua prerrogativa de promover relações culturais com o estrangeiro, o IAC assumia diretamente o patrocínio da organização e a presença portuguesas nos congressos da luso-espanhóis. As relações estreitas entre IAC e CSIC permitiam inclusive incentivos adicionais aos intercâmbios com o país vizinho<sup>37</sup>. Autoridades nacionais chegariam a frequentar, inclusive, sessões plenárias do CSIC<sup>38</sup>. António de Sousa da Câmara (1901-1971), enquanto presidente da Estação Agronômica Nacional (EAN), por exemplo, promovera, em 1947, uma parceria com o CSIC para criar no Instituto José Mutis, um núcleo de investigações genéticas sob a égide da EAN<sup>39</sup>. Iguamente, beneficiando-se de um conjunto de relações pessoais e políticas, bolsistas do *Patronato Alonso de Herrera de Ciencias Naturales y Agrarias* viriam a realizar pesquisas em Portugal, especialmente nos centros de pesquisa dirigidos por Sousa da Câmara, amigo e colega do todo-poderoso secretário-geral do CSIC, José María Albareda, promotor de estudos da ciência do solo na Espanha e liderança política da comunidade

<sup>33</sup> AIC, *XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Sevilha, novembro - 1960. 0347/19 Relatório de Rui Carrington Simões da Costa, p. 2. [datação incerta, dezembro de 1960 ou início de 1961], p. 5.

<sup>34</sup> *Idem*, Relatório do Vice-presidente da 11ª seção do 25º Congresso, António Jorge Andrade de Gouveia, 26.12.1960, p. 3.

<sup>35</sup> *Idem*, *XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Sevilha, Novembro - 1960. 0347/19. Relatório de participação de Alberto Xavier da Cunha Marques, Professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade Coimbra (Museu e Laboratório Antropológico - Instituto Antropológico).

<sup>36</sup> AIC, *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Porto, 1962. 0368/8. Ofício nº 61/31 do Presidente da APPC, Amândio Tavares, ao Presidente do IAC, datado de 27.3.1961.

<sup>37</sup> *Idem*, Direção do Instituto de Alta Cultura. Relatório do Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura. 1002/7.

<sup>38</sup> Isto sucedeu pelo menos duas vezes, em 1945 e 1951, mormente pela pessoa do presidente do IAC e célebre germanófilo do regime português, Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974). Numa dessas sessões do IAC é mesmo feito um relato da representação portuguesa às sessões plenárias do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, na Espanha, a propósito do qual se insiste na reorganização do IAC 'em bases largas', isto de forma a "evitar os perigos que representa a absorção cultural do País vizinho". AIC, *Livro de actas da Direcção do Instituto de Alta Cultura de 1942 a 1948*, Ata da 137ª Sessão da Direcção do IAC, 19.1.1945.

<sup>39</sup> *Idem*, Ata da 169ª Sessão da Direcção do IAC de 20.12.1947.

científica franquista (ex. García Naharro, 2023).

Entretanto, o próprio IAC assumiria com maior afinco a política de expansão cultural do regime, incluindo a língua portuguesa, numa perspectiva nacionalista de promoção e salvaguarda. O IAC tutelava duas áreas essenciais de ação, a Investigação Científica e a Expansão Cultural (Rollo *et al.*, 2012). Com a junção da política cultural com a política científica, e destas duas com a política externa do Estado Novo, alcançava-se mesmo um maior apoio por parte da classe política, sendo que, deste modo, a formação e o fomento da cultura científica se beneficiariam da mesma legitimidade que as políticas nacionalistas de projeção cultural e consequentemente da afirmação que na política externa do Estado Novo colheriam. Além das conveniências ideológicas, revelava-se útil mesmo do ponto de vista da ação, tanto para o Estado Novo enquanto regime político como para os próprios "cientistas" e membros dirigentes do instituto. Com efeito, para estes últimos, ao incorporar-se no instituto um vetor expansionista e de projeção externa, encontrava-se nesta estratégia uma forma de garantir algum apoio para um organismo que, se fosse exclusivamente de ciência, não se mostraria perante a "cúpula do poder" com a legitimidade que assim conseguia.

A política cultural externa confunde-se assim com a história do Estado Novo, em que as opções em matéria de expansão e intercâmbio cultural, bem como de criação ou manutenção de leitorados foram sendo naturalmente impostas por motivações de ordem político-estratégica e condicionadas pela natureza ideológica do Regime – como foram os tipos de atividade promovidos pelos próprios leitores, tantas vezes marcados por uma matriz nacionalista e conservadora. Essa atividade do IAC de promoção de relações culturais externas foi assim instrumental para a afirmação de uma abordagem às relações luso-espanholas e aos congressos da APPC.

Por seu lado, as relações com a Espanha evoluíram e adaptaram-se, evidentemente, às sucessi-

vas conjunturas. Mas se houve momento histórico em que as relações luso-espanholas viveram em plena comunhão de ideais, foi durante o período do Estado Novo. Havia um conjunto de preocupações culturais com implicações claramente geopolíticas – como seria o caso das relações de cooperação e intercâmbio com a Espanha – que se prendiam com a divulgação da cultura como meio de "expansão" e esteio da legitimidade e soberania de ambos os regimes nacionalistas, o franquista e o salazarista.

No tempo da Junta de Educação Nacional (1929-1936), as relações culturais e o intercâmbio científico com a Espanha (e o Brasil) surgiam já como prioridade no domínio das relações externas. Por exemplo, a Junta encetou negociações com a *Junta para Ampliación de Estudios*, de Madrid "para a divisão das despesas a fazer com cursos e conferências de alta especialização de mestres estrangeiros do maior renome"<sup>40</sup>. Em 1930, e a par da investigação científica, já se incluía na lista de prioridades da junta o estabelecimento de postos de ensino da língua portuguesa em universidades estrangeiras (europeias, numa primeira fase), a partir das quais se lançariam as bases da "diplomacia" científica e cultural portuguesa. A curto prazo, esta preocupação assumiu um caráter institucional, levando à organização de inquéritos sobre a situação do ensino do português em diferentes países e à negociação para abertura de novos leitorados. De resto, os futuros leitorados assumiriam uma feição estratégica (Quadro 4). A expansão cultural era já compreendida em toda a sua dimensão, tanto no quadro das relações diplomáticas e políticas como no domínio da valorização da língua e cultura portuguesas.

O primeiro lustro dos anos 1930 refletiu desse modo a importância que a política cultural externa assumiria progressivamente no domínio de atuação da agência portuguesa de política científica. E em meados da década, o balanço parecia tão positivo como fundamental, sob a certeza da "Comissão Executiva [da JEN] de que

<sup>40</sup> AIC, *Livro de actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional de 1929 a 1935*. Ata da 16ª sessão da Comissão Executiva da JEN, 26.3.1930.

o serviço do ensino e expansão do português nas Universidades estrangeiras é um daqueles que devemos colocar em primeiro lugar"<sup>41</sup>. Em 1935, pouco antes da reforma que daria lugar ao Ministério da Educação Nacional e ao Instituto para a Alta Cultura, o secretário-geral da junta, Francisco de P. Leite Pinto (1902-2000), foi enviado em missão de estudo a Espanha (e à Bélgica). A viagem teve, assim, dentre os seus objetivos, dois propósitos reveladores da aproximação entre as autoridades científicas e culturais lusas e espanholas nesta fase: *1. Informar-se do andamento dos trabalhos do Atlas Linguístico da Península, em elaboração no Centro de Estudos Históricos de Madrid; e 2. Visitar as Juntas Espanholas e os seus serviços*<sup>42</sup>. Entre as propostas deixadas por Leite Pinto no relatório referente a esta viagem, sublinhava-se a urgência em desenvolver o estudo da Filologia Portuguesa e a colaboração no *Atlas Linguístico da Península*, juntamente com a

congênera espanhola.

De fato, logo no início dos anos 1930, como já se referiu acima, uma das preocupações da direção JEN passou pela aproximação a universidades estrangeiras, bem como a organismos estrangeiros equiparáveis à JEN/IAC (JEN, 1935)<sup>43</sup>, considerando sobretudo o estabelecimento de acordos de cooperação, nomeadamente no quadro das trocas bibliográficas, intercâmbios e, já em meados da década, na atribuição de bolsas a investigadores em conjunto com estes organismos. Assim, ao estabelecer as primeiras relações com instituições congêneres de diversos países, deu-se uma vez mais particular atenção à JAE, de Madrid. É também visível a representatividade da Espanha enquanto país destinatário de bolsas no estrangeiro (Quadro 3). Ao mesmo tempo, a constituição da rede de leitorados denotou boa representação em universidades espanholas (Quadro 4).

**QUADRO 3** – Distribuição das bolsas no estrangeiro por país de destino (1929-1950)

País	Nº bolsas
França	360
Inglaterra	90
Alemanha	77
Espanha	68
Suíça	53
Itália	50
Bélgica	40
EUA	29
Holanda	12
Suécia	11
Áustria	9
Marrocos Francês	4
Dinamarca	2
Iugoslávia	2
União Sul-Africana	2
Noruega	1
Polónia	1
Romênia	1
nº de bolsas totais	812

<sup>41</sup> AIC, Junta de Educação Nacional. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1933-1934* (...), p. 11-12.

<sup>42</sup> *Idem*, Junta de Educação Nacional. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1934-1935* (...), p. 170.

<sup>43</sup> Veja-se o relatório intitulado *As principais instituições culturais espanholas e belgas congêneres da J.E.N.* (JEN 1935).

País	Nº bolsas
nº de beneficiários	434
sendo de:	
Lisboa	299
Porto	50
Coimbra	44
Outras origens	41

Fonte: Amaral (1972).

#### QUADRO 4 – Leitorados de Português em funcionamento em 1956

País	Universidades
Alemanha	Hamburgo, Colônia, Munique, Heidelberg e Bona
Argélia	Argel
Bélgica	Bruxelas
Espanha	Madrid, Barcelona, Salamanca e Santiago de Compostela
França	Paris, Bordéus, Toulouse, Poitiers, Pompiller, Rennes, Estrasburgo e Aix-uma-Provence, Nice ("Cadeira Camões")
Holanda	Amsterdã
Inglaterra	Londres, Oxford, Liverpool e Leeds
Itália	Roma
Suíça	Zurique
União Sul-Africana	Joanesburgo

Fonte: AIC (n.d.).

Mas é com o Congresso Luso-Espanhol do Porto de 1942 (18 a 24 de junho), uma organização conjunta de ambas as associações, a portuguesa e a espanhola, que registamos o auge do espírito de irmandade entre os dois regimes, o salazarista e o franquista. Foi nos anos da Segunda Guerra que se intensificaram as relações em torno dos congressos luso-espanhóis, empenhando-se, depois, em aprofundar essas relações nos anos 1950 e 1960, momento em que a Espanha, após duas décadas de isolamento político, buscava uma abertura relativa.

O congresso do Porto de 1942 pretendia-se que fosse "uma manifestação de vitalidade científica nacional"<sup>44</sup>. Sob o patrocínio do Ministério da Educação Nacional e secretariado por Francisco

de Paula Leite Pinto, esse congresso foi particularmente eloquente nesse sentido. Não sendo inédito nos discursos da elite dirigente luso-espanhola (Ferreira, 2015), este tipo de comunhão teve seu ápice com os protagonistas dos anos 1940, cujo ideário sobreviveu nos anos 1960 (e.g., Faro, 1962). O congresso do Porto foi inclusive acolhido pelo núcleo do antropólogo António Mendes Correia, um insuspeito do regime e da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, na altura, deputado da União Nacional (1945-1956) e vice-presidente da APPC.

As duas associações ibéricas foram protagonistas de um ideário característico. Foi um período em que as relações científicas luso-espanholas buscaram irmanar as duas nações Ibéricas numa

<sup>44</sup> Nas palavras do seu recém-eleito presidente, Pedro José da Cunha. Acervo pessoal do Prof. Eng.º Francisco de Paula Leite Pinto, Ata da "Reunião dos delegados das Sociedades Científicas portuguesas que por federação constituirão a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências", 14.12.1940. Para um olhar mais detalhado da organização deste congresso do Porto (1942), envolvendo correspondência com os centros do IAC e seus diretores, consultar AIC, *Congresso Luso-Espanhol da APPC, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. 0860/5.

mesma concepção unitária dos conhecimentos. Além de pretenderem apoiar-se na relação histórica dos dois países ibéricos, esses congressos buscavam impulsionar a divulgação do "trabalho científico moderno", incentivando o contributo luso e espanhol, compreendendo "tantos ramos, quantas as aplicações que é possível fazer do conhecimento humano" (Dato Iradier, 1917, p. 279). Entendia-se, assim, nas palavras de Eduardo Dato (1856-1921), conservador do nacionalismo hispânico e terceiro presidente da AEPC (1916-1921):

Por esta forma o avanço da intelectualidade pátria será contínuo, homogêneo e gradual. Os técnicos nele encontrarão o ensino prático adaptável à física, à química, à mecânica, enfim, a toda a base do desenvolvimento da nossa riqueza nacional; os pensadores colherão ensinamento para a formação da alma colectiva, que se nutre da literatura, da filosofia e do raciocínio; os economistas formularão as teorias fundamentais financeiras e mercantis; os sociólogos esclarecerão os princípios da estabilidade e incremento da família [...]; o político, enfim, aproveitará a essência e o perfume de todas as doutrinas para estabelecer uma orientação e engrenagem capaz de utilizar todo o rendimento que a ciência permita alcançar em todas as esferas da vida do país (Dato Iradier, 1917, p. 279-280).

Pretendia-se assim construir uma unidade de pensamento, distinguindo ciências naturais e ciências do espírito, mas atribuindo-lhes uma unidade superior. Esse foi um ponto particularmente explorado nos anos do salazarismo e do franquismo, a noção de uma espiritualidade comum, de raiz católica, e a projeção de uma narrativa de conciliação de religião com ciência, ao mesmo tempo impregnando a alegada unidade da "árvore da ciência nacional-católica" (López-Sánchez, 2016) de um tom apologético dos valores e da fé cristã. São os contornos de uma fórmula política característica da convergência entre a ciência e a ideologia de regime (Ausejo, 1993; Brandão, 2014a).

Em Portugal, o posicionamento em relação ao desenvolvimento dos países europeus era, então, de expectativa ou, sobretudo, de acentuada desconfiança. O discurso político em relação à ciência era marcado, por um lado, por uma valorização do que havia sido feito no passado dis-

tante e, por outro, pela desconfiança em relação à técnica, à máquina e aos próprios avanços da ciência pura, confrontando-se o progresso com uma valorização da imutabilidade do tempo, da tradição e dos valores essenciais que encarnavam no regime salazarista. Estes são discursos que se trasladaram às duas associações, a portuguesa e espanhola, e, em particular, aos congressos luso-espanhóis.

Recorda-se como Cordeiro Ramos, atuando também como vice-presidente da APPC, às vésperas da reforma do IAC de 1952, iria assinalar a necessidade de "ponderar o risco que por vezes oferece o contato com os grandes meios a certos espíritos de deficiente consistência moral" (Ramos, 1951, p. 10); diria ainda:

Se o verdadeiro progresso na arte e na ciência é condicionado pela cooperação mútua dos seus cultores, qualquer que seja a nacionalidade, evitemos internacionalismos exagerados que impliquem a supressão completa da regra moral, a confusão, a anarquia, isto é, a negação de todas as hierarquias, a destruição da originalidade, do carácter próprio das nações (Ramos, 1951, p. 12).

Lê-se aqui uma típica formulação do compromisso perseguido pela elite dirigente do regime de Salazar, entre o universalismo da ciência e o nacionalismo conservador salazarista. Uma desconfiança, na realidade, perante as consequências de uma sociedade em que a ciência desempenhasse um papel central.

Na realidade, o discurso da "cúpula do poder" do Estado Novo não iria alterar, no essencial, a lógica da "política do espírito" (e.g., Ramos do Ó, 1999), que esteve sempre associada à ação do regime no que dizia respeito a vários temas, incluindo a ciência. A solução perante os "novos ventos da história" foi, também neste campo de ação do Estado, a de um compromisso. A representação da ciência pelo poder político continuou a ser a de uma ciência de contornos eminentemente "espiritualizados" (Brandão, 2014a). Assim se entende como o próprio discurso sobre a ciência, nos anos 50 e 60, cerraria fileiras em torno da chamada "ciência fundamental". Assim se explicaria também que nas elites do regime



se afirmasse, no pós-guerra, um discurso de humanismo científico (Faro, 1962).

Incumbindo à APPC a representação dos poderes públicos, não houve surpresa quando, logo a partir do seu congresso luso-espanhol de 1942, surgiram vários discursos sintomáticos sobre o enquadramento oficial em que o regime pretendia acomodar ciência. Por exemplo, também Pedro José da Cunha, presidente da APPC, atuando ainda como Reitor da Universidade de Lisboa e membro da direção do IAC, no mesmo momento de discursos inaugurais ao congresso luso-espanhol de 1942, referiu-se à "imperiosa necessidade de se confiar às forças morais e espirituais o domínio das forças materiais" (Cunha, 1942, p. 6). Mais do que isso, Pedro José da Cunha vinha legitimar essa ideia de ciência, numa óptica quase contemplativa:

Quando lá fora, quase por toda a parte, reinam a morte e a desolação, os cultores da Ciência destas duas nações amigas reúnem-se para trabalharem em comum, livres de quaisquer preocupações interesseiras, para o avanço das ciências, que, além da sua finalidade puramente especulativa, contribuem para o progresso e bem-estar da Humanidade. Fazemos o que nos é possível para manter o fogo sagrado da cultura e da investigação científica, e não perdemos a esperança de que ainda há-de chegar esse dia abençoado em que as forças morais e espirituais exerçam realmente um domínio efetivo sobre as forças materiais (Cunha, 1942, p. 12).

Contudo, não se deve fazer uma leitura absoluta desse espírito generalizado ao nível das elites do regime. Embora alegadamente um regime de autarcia, pautado por atavismos da mais diversa ordem e imbuído de um profundo con-

servadorismo, o Estado Novo não se constituiu como realidade monolítica; com efeito, pode-se afirmar que, dentro das elites do regime, houve um segmento que procurou afirmar, progressivamente, e sobretudo durante os anos 1950 e 1960, um projeto de modernização, de abertura (relativa), incorporando mesmo argumentação coerente com esse projeto. Era a noção de que, na nova Europa, cada vez mais, a supremacia das nações dependia do domínio dos aspectos técnico-científicos e, nessa medida, se Portugal quisesse manter a sua soberania política e a sua autonomia econômica, e inclusive o seu estatuto de "potência colonial", deveria conduzir políticas de desenvolvimento técnico-científico, de formação de técnicos, de cooperação técnico-científica com outras nações e de representação político-científica nos principais fóruns mundiais.

Diversas iniciativas se enquadraram nesse espírito, de cariz mais tecnocrata até, como a criação do Laboratório de Engenharia Civil (LEC)<sup>45</sup> e a aposta na energia nuclear – assim como a ampla reorganização, em 1945, da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC)<sup>46</sup>; a criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII, 1957/1959)<sup>47</sup>; a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica<sup>48</sup>, em 1967, que se propunha ser a instância coordenadora do desenvolvimento econômico e social que se apoiasse numa base científica e tecnológica. Não pareceu, contudo, que a APPC alinhava-se cabalmente nesse conjunto de iniciativas, como veremos na seção seguinte.

#### QUADRO 5 – Cronologia: contextos da APPC durante o Estado Novo

<b>1936</b>	<p><b>11 de abril</b>, reorganização dos serviços do Ministério da Instrução Pública, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional. É instituída a Junta Nacional de Educação.</p> <p><b>11 de abril</b>, criação do Instituto para a Alta Cultura, constituindo a 7ª Seção da Junta Nacional de Educação.</p> <p><b>19 de maio</b>, publicação do Regimento da Junta Nacional de Educação.</p>
-------------	---

<sup>45</sup> Decreto-lei nº 35.957, *Diário do Governo*, I Série, nº 263, 19.11.1946.

<sup>46</sup> Decreto-lei nº 35.638, *Diário do Governo*, I Série, nº 103, 13.5.1946.

<sup>47</sup> Lei nº 2.089, *Diário do Governo*, I Série, nº 133, 8.6.1957; Decreto-lei nº 42.120, *Diário do Governo*, I Série, nº 19, 23.1.1959; Decreto nº 42.121, *Diário do Governo*, I Série, nº 19, de 23.1.1959.

<sup>48</sup> Decreto-Lei nº 47.791, *Diário do Governo*, I Série, nº 160, 11.07.1967.

<b>1938</b>	<b>16 de junho</b> , o Presidente do IAC, Augusto Celestino da Costa, apresenta a versão final do seu relatório sobre a investigação científica em Portugal.
<b>1939</b>	<b>Novembro</b> , criação, na Espanha, do <i>Consejo Superior de Investigaciones Científicas</i> (CSIC), junto do Ministério da Educação Nacional.
<b>1940</b>	<b>20 de fevereiro</b> , o Presidente do IAC, Augusto Celestino da Costa, anuncia os moldes de redefinição da orgânica do IAC. <b>18 de junho</b> , Pedro José da Cunha é designado para conduzir o processo de reorganização da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. <b>Em 1940</b> , é criada a Cadeira de Cultura Portuguesa na Universidade Central de Madrid. <b>2 de agosto</b> , José Manuel da Costa é escolhido para assumir a cátedra de cultura portuguesa na Universidade Central de Madrid. Publicação dos novos Estatutos da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, cuja presidência da Comissão Executiva deve ser atribuída ao presidente ou um dos vice-presidentes do IAC.
<b>1944</b>	Entre 27 de outubro e 10 de novembro de 1944, Augusto Pires Celestino da Costa desloca-se a Madrid, a convite do <i>Consejo Superior de Investigaciones Científicas</i> e do <i>Instituto Ramón y Cajal</i> , onde realiza um curso de Histologia e duas conferências públicas.
<b>1947</b>	<b>18 de junho</b> , é publicada no <i>Diário do Governo</i> a lista de funcionários associados à tentativa de revolta de abril, bem como dos professores universitários que se opuseram à carga policial levada a cabo na Faculdade de Medicina, muitos dos quais são exonerados.
<b>1949</b>	<b>19 de fevereiro</b> , em sessão da Direção do IAC, tomando-se conhecimento da criação do Instituto Miguel Cervantes, a direção equaciona a possibilidade de alargar o âmbito do Centro de Estudos Filológicos, do Instituto, criando um Instituto Luís de Camões. <b>17 de maio</b> , em sessão da Direção do IAC, resolve-se criar um Instituto Português na Universidade de Compostela.
<b>1951</b>	<b>22 de outubro</b> , criação da Junta de Energia Nuclear de Espanha, presidida pelo General Don Juan Vigón Suero-Díaz.
<b>1970</b>	<b>31 de março a 4 de abril</b> , realiza-se, em Lisboa, o 29º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. É o 29º Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências e o último do género a realizar-se em Portugal. <b>29 de dezembro</b> , aprovação do Acordo Cultural entre Portugal e Espanha (Decreto-lei nº 654/1970).
<b>1971</b>	<b>2 de abril</b> , aprovação do Acordo entre Portugal e Espanha para a cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos. <b>21 de junho</b> , aprovação da Convenção Geral sobre cooperação científica e tecnológica entre Portugal e Espanha.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

## A última etapa e o caso da APPC

Embora os estatutos que analisamos acima mencionassem alguns parâmetros para cotização das sociedades científicas participantes da APPC, a verdade é que a participação da associação nos congressos conjuntos com a associação espanhola, bem como a própria organização desses congressos, passaram a depender integralmente do apoio financeiro e "moral" do instituto (e, por

consequência, do regime e seu ideário). Assim, em 1944, por ocasião da organização do XVIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Córdoba, a direção do IAC designou os respectivos delegados portugueses entre diretores e colaboradores dos centros de estudos por ele criado. Cada um dos representantes partiu em missão de estudo, recebendo

um subsídio do IAC de 2.500\$00 com vista a esta participação<sup>49</sup>. Nessa ocasião, inscreveram-se cerca de 300 congressistas e a participação portuguesa foi representada por aproximadamente 160 comunicações<sup>50</sup>.

Alguns depoimentos, porém, já nos dão conta de alguns problemas e tensões que começaram a aflorar. O secretariado da APPC manifestou que "a actual organização destes congressos deram origem a uma certa dispersão", não facilitada pelo "grande número de congressistas, [e] a indisciplina da maior parte destes"<sup>51</sup>. Líder da delegação portuguesa ao congresso de Córdoba (1944), o geógrafo Orlando Ribeiro, concorda com as queixas. Como mencionou em seu relatório da participação portuguesa em Córdoba, falou relativamente aos congressos anteriores de "um rápido e notável progresso no desinteresse dos cientistas espanhóis e na desordem e sistemática barafunda em que tudo decorreu"<sup>52,53</sup>.

Orlando Ribeiro deu ainda depoimento do interesse que tinham esses eventos, mais pela questão dos contatos do que propriamente pelo calibre científico das sessões:

1) Troca de artigos nas nossas revistas respectivas; 2) Troca de resenhas breves dos nossos trabalhos, escritas pelos investigadores do respectivo país a que digam respeito, para mantermos as nossas revistas sempre ao corrente do que se vai fazendo; 3) Troca de bolsos, empenhando-se especialmente os espanhóis em que eu oriente e dirija os trabalhos de geografia humana – matéria em que carecem de especialistas com autoridade; [...]<sup>54</sup>.

Ao mesmo tempo, notava uma repetição das boas intenções declaradas, denotando-se, como veremos mais adiante, certa incapacidade de se concretizarem as promessas da cooperação

luso-espanhola no campo científico:

4) Pela terceira vez se assentou na criação de uma comissão luso-espanhola para estudar de modo sistemático os problemas geográficos e geológicos da fronteira. Tudo isto me parece importante e se vai tornando urgente. Se muitas vezes importunei V. Exa. Dizendo rudemente as minhas queixas de oorden do Centro de Estudos Geográficos, foi por que vi o avanço que nos vão tomando os espanhóis: [Lluís] Solé [il] Sabaris [1908-1985], em Barcelona, tem a trabalhar com ele 15 jovens cheios de entusiasmo, de competência e de actividade! [...] Em conclusão: no meio da barafunda e da desordem, há em Espanha um grupo de jovens decididos, competentes, trabalhadores, animados do mais alto amor da Ciência e da sua Terra, há organismos que lhes proporcionam meios eficientes de trabalho de que uma série já notável de publicações dá testemunho. Creio que a investigação científica portuguesa não deve desinteressar-se destes rápidos e notáveis progressos<sup>55</sup>.

A inércia que Orlando Ribeiro sentia era certamente fruto de responsabilidades partilhadas, entre portugueses e espanhóis. O que se consegue verificar é a intensidade do discurso ideológico, como o vimos acima, e que parece ter-se de fato esbatido com o tempo. No 25º Congresso de Sevilha, de 1960, Carrington da Costa notava que as seções de Teologia, Filosofia e Pedagogia, bem como Filologia e Literatura estavam bastante desfalcadas, tanto em oradores como assistentes; ao contrário, sinal da mudança dos tempos, foram significativamente concorridas as áreas de Medicina e Cirurgia, Biologia, Geologia e Ciências Agrícolas<sup>56</sup>.

Todavia, a APPC manteve-se, efetivamente, na tutela das figuras próceres do *establishment* científico português durante os anos do Estado Novo. Chegando a 1953, a direção da APPC era composta por Amândio Tavares, figura de referência

<sup>49</sup> AIC, *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Córdoba. 1000/7. Ofício enviado por Leite Pinto ao secretário do IAC, 25.9.1944.

<sup>50</sup> *Idem*, Ofício enviado por Leite Pinto ao secretário do IAC ao Chanceler da Embaixada de Portugal, 20.9.1944.

<sup>51</sup> *Idem*, *XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Sevilha. Novembro – 1960. 0347/19. Comentário de Rosalina Branca da Silva Cunha, encarregada da Secretaria da APPC.

<sup>52</sup> AIC, *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Córdoba. 0860/7. Relatório de participação no Congresso Luso-Espanhol de Córdoba pelo chefe da delegação portuguesa Orlando Ribeiro, atuando também como Presidente do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 13.10.1944, p. 1.

<sup>53</sup> Inclusive, às vésperas da realização do 30º congresso, em Múrcia, sucede um episódio curioso de anulação de várias inscrições de participantes, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e por iniciativa do seu próprio diretor. *Idem*.

<sup>54</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 4-5.

<sup>56</sup> AIC, *XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Sevilha. Novembro – 1960. 0347/19. Relatório de Rui Carrington Simões da Costa, p. 5-6. [datação incerta, dezembro de 1960 ou início de 1961].

do IAC no decênio seguinte. Enquanto presidente da associação, deslocou-se ao congresso desse ano, em Oviedo. Foi também Amândio Tavares que proferiu os discursos de circunstância dos 15º e 16º congressos luso-espanhóis, em Sevilha e no Porto, respectivamente<sup>57</sup> (Tavares, 1960, 1962). Foi sucedido por Abreu Faro, que participou da comissão executiva do 19º congresso luso-espanhol (1970), um catedrático do Instituto Superior Técnico e atuando, então, como presidente do IAC (APPC, [1970]). Mas, desde 1953, já passado o auge de irmandade iberista encenada no congresso de 1942, começou-se a falar da "necessidade de rever a atitude portuguesa quanto à Associação"<sup>58</sup>. No essencial, o sentimento era de que havia que fazer mais.

Uma tentativa de reinventar a APPC parece ter ocorrido em 1964, no âmbito do 17º congresso, de Bilbao, em julho. Amândio Tavares protagonizou aí uma proposta apresentada no congresso, de atualização do papel das associações espanhola e portuguesa para o progresso das ciências, e posteriormente remetida ao Ministro da Educação Nacional (Ofício de agosto)<sup>59</sup>. O documento intitulava-se precisamente *Para uma melhor cooperação científica luso-espanhola. Possível papel das Associações Espanhola e Portuguesa para o Progresso das Ciências*. Tavares propôs "tornar mais eficaz e permanente a colaboração dos cientistas luso-espanhóis, para além das tradicionais reuniões periódicas e dentro do critério de adaptação, ao nosso meio, do que se vem fazendo, no domínio da cooperação internacional, em matéria de auxílio à investigação"<sup>60</sup>. A reflexão era feita em sintonia com o representante da AEPC, Manuel Lora Tamayo (1904-2002), presidente da associação espanhola por quase 20 anos. Lora-Tamayo, que fora Ministro da Educação e Ciência (1962-1968) e presidente do CSIC (1967-1970) durante

a ditadura franquista, procurava também ir além das questões científicas mais gerais, apontando interesses técnicos e econômicos concretos:

*Se abre así ante nosotros toda una temática coincidente una problemas de pesca, una prospección minera, una riqueza florestal, una cuestiones médicas y oordenado, y una una orden de dimensiones diferentes, una posibilidad de aunar los esfuerzos de cada país para seguir de cerca una la propia experimentación una el arrollador avance de la oorden nuclear y de la investigación espacial, una equipos comunes de matemáticos, físicos y químicos y una instalaciones únicas que permitirían por su mayor oordena mejores oordenadora e de incorporación posterior a proyectos oordenadora es de mayor envergadura (Lora-Tamayo apud Tavares, 1964<sup>61</sup>).*

Despontava, assim, com notável clarividência, a ideia de uma colaboração mais estreita para o planeamento da investigação científica orientada no sentido de objetivos comuns às duas nações ibéricas. As associações portuguesa e espanhola eram assim olhadas como "as estruturas vivas que poderiam constituir alicerce de intervenções conjuntas"<sup>62</sup>. Em termos mais concretos, falava-se do ajustamento das normas do trabalho científico em comum e do delineamento dos programas de investigação cooperativa<sup>63</sup>. Outro aspecto interessante é que, *não obstante a proclamação de uma concepção unitária de ciência*, reconhecia-se a necessidade de reuniões parcelares mais especializadas do que aquelas que as seções por áreas científicas vinham permitindo, propondo-se avançar com uma nova organização para esses congressos, bem como realização de outros encontros no intervalo de tempo dos tradicionais congressos<sup>64</sup>.

Reconhecia-se, porém, que a função de financiamento não caberia às associações: "Claro está, a elaboração de pesquisas e seu adequado financiamento transcendem o âmbito de suas

<sup>57</sup> *Idem*, 0841/11. Informação com data de 1953.

<sup>58</sup> *Idem*, Livro de actas do Conselho Administrativo do IAC de 1953 a 1956, Ata da 21ª Sessão da Direção do IAC, 13-14.10.1953.

<sup>59</sup> *Idem*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 0288/9. Proposta de Amândio Tavares (presidente da APPC), *Para uma melhor cooperação científica luso-espanhola. Apresentada ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 8.1964.

<sup>60</sup> *Idem*.

<sup>61</sup> Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 0288/9. Proposta de Amândio Tavares (presidente da APPC), *Para uma melhor cooperação científica luso-espanhola. Apresentada ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 8.1964, p. 1-2.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 4-6.

atribuições e competências"<sup>65</sup>. Mas poderiam as associações instigar "a ideia de investigação cooperativa"<sup>66</sup>.

Como exemplo, a seguir, é recordado como surgiu o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Criado em março de 1945<sup>67</sup>, foi instalado junto ao Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, sob orientação do supracitado Mendes Correia. A unidade destinava-se a estudar o "Homem Peninsular", coordenando uma investigação conjunta entre instituições portuguesas e espanholas. Entre os principais objetivos, destacavam-se: "1.º Promover a realização de estudos sobre assuntos de interesse comum para Portugal e Espanha; 2º) Fomentar o intercâmbio entre professores espanhóis e portugueses para efectivação de cursos sobre matérias em que se tiverem especializado"<sup>68</sup>. A criação desse centro surgia, por um lado, em consonância com a intensificação das relações luso-espanholas, numa altura em que ambos os regimes procuravam preparar a sobrevivência para lá da queda das ditaduras europeias e, por outro, entrava em linha de continuidade com aspirações mais antigas da Junta de Educação Nacional, que, recorda-se, em 1935, foi representada por Leite Pinto numa missão de estudo a Espanha, ponderando já as possibilidades de intercâmbio e colaboração em vários domínios da investigação<sup>69</sup>. Porém, logo em 1947, esses objetivos seriam gorados pela criação do *Centro de Estudios de Etnologia Peninsular de Madrid* (Oliveira, 1968), adiando a parte relativa à colaboração luso-espanhola.

Já no contexto do relatório/proposta de Tavares (1964)<sup>70</sup>, como forma de relançar um "projecto regional" ibérico, ventilava-se a ideia de criar uma comissão ou organismo luso-espanhol, em que estariam representados o Conselho Superior

de Investigações Científicas, pela Espanha, e o Instituto de Alta Cultura, por Portugal:

Competir-lhes-ia orientar, regular, coordenar e facilitar o trabalho científico em comum, por iniciativa própria ou sugestão dos investigadores ou das agremiações científicas – entre elas as nossas Associações – submetendo à apreciação superior dos respectivos Governos as que se relacionem com as próprias políticas científicas e económicas, uma vez que não se pode deixar de ter o imperativo de um sentido social a que a ciência tem de obedecer (Tavares, 1964, p. 9-10).

As autoridades espanholas mostraram-se também interessadas em levar mais adiante esta cooperação científica e, porventura, ampliar o papel das suas associações para o progresso das ciências. Alguns meses antes, membro da Opus Dei e secretário do CSIC, José Maria Albareda (1902-1966), fora encarregado de redigir uma comunicação intitulada *Posible papel de las Sociedades científicas peninsulares una vistas una mejor colaboración entre los científicos hispano-portugueses*, buscando reunir elementos junto de científicos espanhóis e portugueses<sup>71</sup>. É então que, já após a reunião de Bilbao (1964), por iniciativa espanhola é sugerida uma reunião de trabalho, a realizar-se em Salamanca, para tratar da colaboração científica hispano-portuguesa, sugerindo-se inclusive quatro pontos de pauta:

1 – *Papel de las Universidades una la colaboración científica hispano-portuguesa.*

2 – *Colaboración entre el Consejo Superior de Investigaciones Científicas y el Instituto para a Alta Cultura.*

3 – *Colaboración entre las Sociedades científicas portuguesas e y españolas.*

4 – *Papel de las Asociaciones española y portuguesa para el Progreso de las*

<sup>65</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>67</sup> *Idem*, Livro de actas da Direcção (...), Ata da 139ª Sessão da Direcção do IAC., 16.3.1945.

<sup>68</sup> *Idem*.

<sup>69</sup> AIC, Junta de Educação Nacional, *Relatório dos trabalhos efectuados em 1934-1935* (...), p. 170.

<sup>70</sup> *Idem*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 0288/9. Proposta de Amândio Tavares (presidente da APPC), *Para uma melhor cooperação científica luso-espanhola. Apresentada ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 8.1964, p. 9.

<sup>71</sup> *Idem*. Ofício de José Maria Albareda, secretário do CSIC, ao secretário do IAC, António de Medeiros Gouveia, pedindo relação das sociedades científicas portuguesas para preparar intervenção sobre colaboração científica luso-espanhola.

*Ciencias uma el incremento de la colaboración hispano-portuguesa*<sup>72</sup>.

No mês seguinte, havia inclusive um plano de trabalho expandido, em que se acrescenta aos quatro pontos anteriores um outro, "*Propuesta de creación de una Comisión oordenadora de la colaboración científica hispano-portuguesa*", devendo, para cada um destes temas, ser chamado um orador português e outro espanhol<sup>73</sup>. Paralelamente, estava-se ainda organizando um conjunto de colóquios intercalares aos congressos luso-espanhóis sob os seguintes temas: "Geografia", "Humanismo e tecnologia", "Preparação de vinhos", e queria-se inclusive realizar um ou dois colóquios, sugerindo-se escolher dois dos quatro ou cinco temas a serem tratados na reunião em perspectiva.

A reunião em perspectiva devia realizar-se em Salamanca, em outubro de 1965. Nomeou-se mesmo o representante português para coordenar os trabalhos<sup>74</sup>, José Cotelo Neiva (1917-2015), geólogo, vogal do IAC e diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Mas o encontro acabou sendo suspenso (telegrama de 20 de outubro de 1965)<sup>75</sup>. Ou seja, não obstante o entusiasmo em torno destas ideias de cooperação, protelava-se uma vez mais debruçar-se de forma mais sistêmica sobre a futura colaboração científica entre as associações para o Progresso das Ciências de Portugal e Espanha. No essencial, ficava claro que não era suficiente o "espírito de cooperação e [a] fraterna amizade" das associações ibéricas e que inclusive, pelo menos a associação portuguesa, não teria capitais para intervenções mais ambiciosas<sup>76</sup>, dependendo do IAC para tudo e, porventura mais que tudo, entendia-se que estavam em causa ideias que, no limite, ficavam *fora do* âmbito das duas asso-

ciações. Às associações caberia apenas mediar e instigar estas ideias.

Essa perspectiva das elites envolvidas fica bastante clara se olharmos a apreciação do Eng.º Cotelo Neiva. Em parecer redigido em junho de 1965, o engenheiro geólogo de Coimbra recapitulava os pontos em apreciação, expandidos em relação aos quatro iniciais: "a) Colaboração entre o Instituto de Alta Cultura e o *Consejo Superior de Investigación Científica*; b) Colaboração entre Sociedades Científicas; c) Colaboração entre Universidades; d) Colaboração entre outros Institutos e Organismos Científicos; e) Papel das Associações para o Progresso das Ciências na colaboração científica hispano-portuguesa; f) Proposta de criação de uma comissão coordenadora da colaboração científica hispano-portuguesa"<sup>77</sup>. O parecer é bastante taxativo, adiantando-se logo que todos os pontos "saem do âmbito das duas Associações", com exceção do indicado na alínea "e". Para Cotelo Neiva, caberia ao IAC e ao CSIC tratar os assuntos em vista, esclarecendo inclusive a sua visão para a APPC:

Sou de opinião que têm muito mais interesse as reuniões científicas restritas, isto é, entre cientistas que tratam dos mesmos assuntos, do que os Congressos luso-espanhóis que têm sido organizados pelas duas Associações. No geral estes congressos têm valor científico e cultural secundário<sup>78</sup>.

Nesta medida, entendia-se que as associações deste gênero deveriam remeter-se especificamente a "promover congressos para especialistas, com temas devidamente escolhidos e com a necessária antecedência de forma a que os trabalhos a discutir sejam publicados e distribuídos antes da reunião de cada congresso"<sup>79</sup>. Pouco mais ou nada se admitia que uma associação

<sup>72</sup> AIC. Carta da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências ao Presidente da APPC endereçada a Amândio Tavares, 29.3.1965.

<sup>73</sup> *Idem*. Carta de José Maria Torroja, secretário da AEPC, endereçada a Amândio Tavares, Presidente da APPC, 6.4.1965.

<sup>74</sup> *Idem*. Resolução do Presidente do IAC, António da Silveira, 13.10.1965.

<sup>75</sup> *Idem*. Telegrama de José Maria Torroja, de 20.10.1965.

<sup>76</sup> Segundo Amândio Tavares, no ano de 1965, a APPC estava funcionando com metade da verba pedida nos últimos anos. Outro projeto da APPC comprometido eram as publicações das atas, por motivos diversos, mas também por falta de recurso numérico. *Idem*, *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Porto. 1962*. 0368/9. Ofício remetido por Amândio Tavares ao Presidente do IAC., 18.11.1965.

<sup>77</sup> AIC. Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 0288/9. Parecer de José Cotelo Neiva à Carta da AEPC, "propondo à sua congénere portuguesa uma reunião para discussão e estabelecimento de colaboração íntima", 21.6.1965.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> *Idem*.

para o progresso das ciências pudesse desempenhar, assumindo-se então uma concepção minimalista da APPC<sup>80</sup>.

Sendo Coteló Neiva uma figura alinhada com José Veiga Simão (1929-2014) – recorda-se que, enquanto Reitor da Universidade de Coimbra, foi um colaborador do espírito reformador do Ministro –, não foi surpreendente a falta de entusiasmo manifestada em promover a APPC. Reporta-se inclusive, na altura, junto do IAC, que o então Ministro da Educação Nacional (1970-1974) vinha-se mostrando “contrário aos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências, pelo menos na sua actual organização”<sup>81</sup>. O melindre estava colocado e talvez por isso a reunião tenha acabado por ser suspensa. O que é certo é que a APPC havia perdido o seu *momentum*.

Prenúncio de que se perdera de fato o élan foi sem dúvida a estranha e notada ausência portuguesa do congresso de Tarragona (1966)<sup>82</sup>. Como pode-se verificar (ver Quadro 2), os congressos luso-espanhóis não só contaram sempre com uma representação portuguesa, desde 1917, com maior ou menor expressão, como ocorriam, impreterivelmente, bienalmente – e, desde 1942, os portugueses ocorrem de três em três congressos. A partir de Tarragona, não foi assim que ocorreu, e várias peripécias se sucederam<sup>83</sup>. Não só não houve portugueses em Tarragona, como o último congresso luso-espanhol realizado em solo pátrio, em Lisboa (1970), foi duas vezes adiado – a

pedido português primeiro (1968) e espanhol depois (1969), por conta de agitações estudantis na Espanha, com fechamento das faculdades. O 29º congresso (Lisboa) aconteceu, assim, com dois anos de atraso<sup>84</sup>. Cádiz (1974), por seu lado, foi o último com presença portuguesa, não havendo notícia de atividade da APPC após abril de 1974.

Em memorando de 1973, o recém escolhido presidente da APPC, A. C. Correia da Silva, denotava bem a estagnação da reflexão estratégica em torno do papel e missão da associação. As considerações assumem sobretudo contornos de caráter prático sobre as convocatórias, sua antecedência, relação com os centros, cuidados nas escolhas dos oradores, etc.<sup>85</sup>. Quanto ao mais, insistia-se sobre o formato das sessões e organização das comunicações, questão já vista entre 1958 e 1962, colocando-se, agora, em termos de “congressos especializados” *versus* “temas oficiais”. O discurso na sessão de abertura do representante português estava assim em clara sintonia com o espírito da época, de afirmação da gestão tecnocrata (Brandão, 2017), e sobretudo apostando em “conferir a estas reuniões uma utilidade mais imediata”:

Vivendo desde há muito sob o signo da pluralidade disciplinar, o que levou talvez a uma exagerada dispersão de assuntos e a uma diversidade extrema de comunicações livres que dificilmente conduziam a qualquer fim útil, foram a pouco e pouco tendendo para a organização de Colóquios e para a apresen-

<sup>80</sup> *Idem*.

<sup>81</sup> *Idem*, XXX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Murcia. Novembro – 1972. 1021/5. Parecer com assinatura ilegível.

<sup>82</sup> Henrique Martins de Carvalho (1919-1994), vogal do Conselho Superior e Presidente do Conselho de Intercâmbio do Instituto de Alta Cultura, admite não saber a razão por detrás da ausência de uma delegação portuguesa em Tarragona, 28º congresso da AEPC. Carta, de julho de 1968, de Manuel Lora-Tamayo, da AEPC ao IAC, mostra estranheza pelo silêncio português, não mencionando também as razões por detrás da ausência portuguesa. É inclusive assinalado que a bandeira portuguesa esteve hasteada nas sessões de abertura e encerramento do congresso de Tarragona, manifestando-se inclusive vontade que os congressos possam conservar o *carácter* luso-espanhol. *Idem*, XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Lisboa. Abril – 1970. 0119/7.

<sup>83</sup> Dentre as peripécias ocorridas, encontramos uma nova proposta de retomar os trabalhos de redesenho da colaboração científica hispano-portuguesa, conforme o plano de trabalho da reunião de Salamanca anteriormente suspensa. A iniciativa envolvia ainda José María Torroja e Manuel Lora-Tamayo, respectivamente secretário e presidente da AEPC, sugerindo-se então uma reunião em Lisboa, algures em maio de 1969. Desta feita, o interlocutor era Manuel Abreu Faro, então presidente do IAC. O tema emerge novamente em 1972, e com as autoridades espanholas a abordarem Manuel F. Rocheta, Embaixador de Portugal na Espanha, para que no 50º Aniversário do Primeiro Congresso conjunto das duas associações se organizasse um colóquio em que se pudesse versar os três seguintes temas: “1.º) *Colaboración entre las universidades española y portuguesa*; 2.º) *Colaboración con el Consejo Superior de Investigaciones Científicas e el Instituto de Alta Cultura*; 3.º) *Colaboración entre la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias y la Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*”. AIC, XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Lisboa. Abril – 1970. 0119/7; *Idem*, XXX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Murcia. Novembro – 1972. 1021/5.

<sup>84</sup> AIC, XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Lisboa. Abril – 1970. 0119/7.

<sup>85</sup> *Idem*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 0288/9. Memorando de A. C. Correia da Silva – Presidente da direção da APPC, endereçado à presidente do IAC, Maria de Lurdes Belchior e ao Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão.

tação de temas interdisciplinares com o maior interesse científico e prático<sup>86</sup>.

Entretanto, no tocante às relações luso-espanholas, as diversas possibilidades que as associações portuguesa e espanhola de progresso das ciências vinham debatendo vieram então a ser objeto de outra abordagem, promovida, por exemplo, pelo acordo cultural assinado em maio de 1970<sup>87</sup>. Publicado em 1971, desdobrou-se ainda numa convenção geral<sup>88</sup> (Decreto-Lei nº 273/1971), especificamente para a cooperação no quadro do "intercâmbio de informações sobre a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico" (§ a. Art. 2º), assim como o intercâmbio de cientistas, técnicos e pessoal especializado, e ainda a "realização comum e coordenada de tarefas de investigação e desenvolvimento tecnológico" (§ c. Art. 2º), em que se incluía a utilização de instalações científicas e técnicas. Ao mesmo tempo, num tom familiar às atividades das respectivas associações para o progresso das ciências, prezava-se os "tradicionais laços que unem os povos português e espanhol desde há séculos e persuadidos de que esse fortalecimento deve basear-se, fundamentalmente, numa estreita cooperação espiritual" (Decreto-lei nº 654/1970). No articulado, previa-se assim "intercâmbio de missões de professores, investigadores, especialistas, bem assim como de individualidades dos diversos meios culturais" (Art. V, *Idem*); cooperação institucional, nomeadamente "contactos entre institutos e organismos especializados de cada um dos países, através da troca de missões, da atribuição de bolsas de estudo, da organização de estágios e da remessa de documentação" (Art. VI, *Idem*).

Entre 1948 e 1974, foram assinados cerca de dez acordos do mesmo gênero, mas nem todos exclusivamente culturais, pelo menos numa

acepção restrita (Rollo *et al.*, 2012). Uns eram explicitamente acordos de "cooperação cultural, científica e técnica", como o que foi assinado com a França (1970)<sup>89</sup>, assim como esse que mencionamos acima, que certificava a "cooperação científica e tecnológica" com a Espanha (1971)<sup>90</sup>. No quadro das relações luso-espanholas, seria ainda aliás assinado um acordo específico de cooperação no âmbito da energia nuclear "para fins pacíficos" (1971)<sup>91</sup>.

Ao longo deste período, os serviços de intercâmbio do IAC foram beneficiados, a diversos níveis, da política de acordos culturais negociados a partir do segundo pós-guerra pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e executados pelo instituto. Mas estes acordos dos anos 1970 vinham significar uma evolução no contexto do intercâmbio cultural e científico. Através deles, poderiam ser preparadas e projetadas iniciativas associadas ao "intercâmbio académico, bolsas de estudo, visitas de estudo e informação, equivalência de diplomas, manifestações culturais – exposições, concertos, festivais, representações, etc. – expansão da língua e cultural" (Mattos, 1981, p 30). Nesse domínio, o IAC (no que podemos incluir a APPC, enquanto braço relevante para as relações luso-espanholas) era reconhecido como o organismo com mais experiência adquirida. Em outubro de 1971, inclusive, ventilava-se em reunião do Conselho Superior do IAC que

seria útil reorganizar a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, considerando que talvez a Associação pudesse vir a ser veículo para a realização de um intercâmbio cultural e de uma adequada presença internacional que a nova Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional em grande parte parecia retirar ao Instituto de Alta Cultura<sup>92</sup>.

No entanto, isso não parece ter sucedido. Houve quem lamentasse mesmo a decisão mi-

<sup>86</sup> AIC, "Palavras proferidas pelo professor A. C. Correia da Silva na sessão de abertura do 31º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências; realizado em Cádiz, em 1 de abril de 1974".

<sup>87</sup> Acordo Cultural Luso-Espanhol. Decreto-lei nº 654/1970, *Diário do Governo*, I Série, nº 299, 29.12.1970.

<sup>88</sup> Convenção Geral sobre Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Espanha. Decreto-lei nº 273/1971, *Diário do Governo*, I Série, nº 144, 21.6.1971.

<sup>89</sup> Decreto-lei nº 28/1971, *Diário do Governo*, I Série, nº 31, 6.2.1971.

<sup>90</sup> Decreto-lei nº 273/1971, *Diário do Governo*, I Série, nº 144, 21.6.1971.

<sup>91</sup> Decreto-lei nº 118/1971, *Diário do Governo*, I Série, nº 78, 2.4.1971.

<sup>92</sup> AIC, *Livro de actas do Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura de 1971*, Ata da 10ª Reunião do Conselho Superior do IAC, 15.10.1971.



nisterial pela qual se retirara essa competência ao instituto – com exceção da Convenção Cultural Luso-Britânica (Mattos, 1981).

Em suma, os acordos vieram dar um enquadramento distinto, sistematizando mesmo, os esquemas *informais que antes orientavam as trocas acadêmicas e o intercâmbio de uma forma genérica*, mas que, de certa forma, vieram esvaziar o papel do IAC no que tange à diplomacia científica e, por consequência, aquele que a APPC vinha cumprindo.

Em 1944, a associação era composta por 27 sociedades científicas portuguesas: as Associações dos Arqueólogos, de Fotogrametria e de Urologia; os Grupos Portugueses da Academia Internacional da História das Ciências e das Uniões Internacionais de Astronomia e de Geodesia; os Institutos de Coimbra e de Arqueologia e História; e as Sociedades de Anatomia, Broteriana, de Ciências Agrônomicas, de Ciências Econômicas, de Ciências Médicas, Farmacêutica, Lusitana, de Geografia de Lisboa, de Geologia, Médica dos Hospitais Cívicos de Lisboa, de Antropologia, de Biologia, de Ciências Naturais, de Estomatologia, de Estudos Eugênicos, de Física e Química, de Matemática, de Medicina Veterinária, de Oftalmologia e de Radiologia Médica. Já em 1964, as sociedades filiadas na APPC ascenderam a 37<sup>93</sup>; enquanto, em 1970, foi registrado um decréscimo das filiações para 31 (APPC, [1970]).

De resto, nada se sabe sobre o ocaso da APPC, apenas que, em 1993, o Instituto Camões solici-

tou a eliminação da APPC do Guia Mundial das Associações Científicas e Sociedades Educativas [*World Guide to Scientific Association and Learned Societies*, K-G-Saur Verlag], afixando à casa editorial alemã de que a associação portuguesa havia cessado a sua atividade em 1974<sup>94</sup>.

## Conclusões

O que aqui foi dito não esgota o tema, na medida em que subsistem interrogações quanto à vida de uma associação como a APPC. Hoje, todavia, sabe-se que a Associação Portuguesa conta com um acervo específico, no Arquivo do Instituto Camões, relativo à sua atividade entre 1940 e 1974, que complementa assim o subfundo do Instituto de Coimbra (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra). Até então, era uma dificuldade assinalada por vários pesquisadores que se interessaram pela associação portuguesa (ex. Brandão, 2014a, 2014b). Seguem, porém, dispersas as fontes impressas de comunicações e discursos, entre tomos encontrados (Nunes, 2002), e outros aleatoriamente esquecidos em diferentes bibliotecas (Bernardo, 2006; Morais, 2007); assim como alguns documentos nos acervos pessoais de seus protagonistas. O cotejamento das fontes permite atestar o funcionamento dessa associação, sobretudo durante o período que foi tutelada pelo IAC, período em que se observou um visível compromisso ideológico dos seus congressos e respectivos próceres com o regime do Estado Novo português.

<sup>93</sup> AIC, *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, 0288/9. Lista anexa ao ofício de 20 de abril de 1964, enviado pelo presidente da APPC ao secretário do IAC. Contava-se com a filiação das seguintes associações: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa); Associação Portuguesa de Fotogrametria – Instituto Geográfico e Cadastral (Lisboa); Grupo Português da Academia Internacional da História das Ciências – Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos (Lisboa); Seção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronômica, Geodésica e Geofísica – Instituto Geográfico e Cadastral (Lisboa); Instituto dos Atuários Portugueses (Lisboa); Instituto de Coimbra (Coimbra); Instituto Histórico da Ilha Terceira (Angra do Heroísmo, Açores); Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (Lisboa); Liga para a Proteção da Natureza (Lisboa); Sociedade Médica Anatômica Portuguesa – Faculdade de Medicina (Lisboa); Sociedade Broteriana – Instituto Botânico – Faculdade de Ciências (Coimbra); Sociedade de Ciências Agrônomicas de Portugal (Lisboa); Sociedade de Ciências Econômicas (Lisboa); Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa; Sociedade Farmacêutica Lusitana (Lisboa); Sociedade de Geografia de Lisboa; Sociedade Geológica de Portugal – Laboratório Mineralógico e Geológico – Faculdade de Ciências (Lisboa); Sociedade Martins Sarmento (Guimarães); Sociedade Médica dos Hospitais Cívicos de Lisboa – Hospital de Santo António dos Capuchos; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia – Faculdade de Ciências (Porto); Sociedade Portuguesa de Biologia – Faculdade de Medicina (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais – Faculdade de Ciências (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia – Hospital do Desterro (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Estomatologia (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos – Instituto de Antropologia – Faculdade de Ciências (Coimbra); Sociedade Portuguesa de Matemática – Faculdade de Ciências (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Numismática (Porto); Sociedade Portuguesa de Química e Física – Faculdade de Ciências (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Oftalmologia (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Anatomia Patológica – Faculdade de Medicina (Porto); Sociedade Portuguesa de Espeleologia (Lisboa); Sociedade Astronômica de Portugal (Lisboa); Sociedade da Língua Portuguesa (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Endocrinologia – Instituto de Histologia – Faculdade de Medicina (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Medicina Interna – Hospital de Arroios (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Obstetria e Ginecologia – Hospital de Santa Maria (Lisboa); Sociedade Portuguesa de Oto-neuro-oftalmologia (Lisboa).

<sup>94</sup> *Idem*, *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. 0288/10. Ofício nº 3.037 do Instituto Camões, 2.7.1993.

As conclusões essenciais passam por se verificar um voluntarismo assinalável na construção de redes e sociabilidades pela comunidade científica, relações de preferência com outras comunidades científicas nacionais ou sua inserção internacional, denotando-se como essa participação, as comunicações, acompanham as agendas internacionais e nacionais em termos de interesses tanto científicos como políticos. Mas não só. Uma conclusão essencial é a sincronia com o processo de institucionalização, não apenas das ciências e do surgimento de novas disciplinas, mas muito em particular das políticas científicas, aspecto menos sublinhado pela literatura existente (Brandão, 2023). O envolvimento das associações deste gênero com a história das políticas científicas é evidente, nomeadamente na construção dos racionais justificativos e de uma progressiva reflexividade política sobre a organização da ciência e a necessidade do seu estável financiamento. Do mesmo modo, a temática das relações externas, no plano cultural e quanto à consciência crescente sobre a importância da diplomacia científica. As relações luso-espanholas surgem aqui como um foco fundamental nas preocupações dos cientistas portugueses e, com o Estado Novo, absolutamente incontornável à geopolítica do regime salazarista, com ambos países unidos numa fraternidade que buscava reagir ao panorama de isolamento cultural e científico e até de relativo alheamento face aos principais fóruns internacionais. Por outro, a Espanha surge como referência em vários níveis, desde a política da língua aos modelos de organização científica, incluindo outras agendas, como a energética – eletricidade nuclear, recursos hídricos, ambiental, cortiça etc.

A APPC, em concreto, beneficiou-se do cruzamento de dinâmicas e pessoas, persistindo, todavia, um conjunto seletivo e restrito de protagonistas, que buscaram uma progressiva sobreposição com a agenda nacional, emergente a partir dos anos 1930, num processo argumentativo que foi concomitante à subordinação institucional da associação ao IAC (e ao Estado Novo). O refúgio da APPC no IAC e deste na política e no projeto

propagandístico de expansão cultural, com os leitorados e a política de defesa e salvaguarda da língua, surge como uma garantia de sobrevivência, embora inscrevendo a atividade da APPC nas lógicas e estratégias de promoção política cultural do regime, deixando, de alguma forma, a promoção da ciência sob o fogo cruzado dos entendimentos e lógicas dos protagonistas e, acima de tudo, sujeita às idiossincrasias do regime do Estado Novo.

## Referências

AIC. Direcção do Instituto de Alta Cultura. Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura. **1002/7**. Relatório sobre a actividade do IAC em 1956. IS. l.: s. nl, s/d.

AMARAL, Ilídio do. **Subsídios para a Elaboração de um Relatório sobre a Situação das Actividades e Investigação Científica no Âmbito do IAC**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972.

APPC. **Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências**, 29., 1970, Lisboa. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, [1970].

APPC. **Estatutos da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências**. Lisboa: Tip. J. Machado, 1940.

AUSEJO, Elena. La Asociación Española para el Progreso de las Ciencias en el Centenario de su creación. **Revista Complutense de Educación**, Madrid, v. 19, n. 2, p. 295-310, 2008.

AUSEJO, Elena. **Por la ciencia y por la patria: la institucionalización científica en España en el primer tercio del siglo XX**. La Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. México: Siglo Veintiuno, 1993.

BERNARDO, Liliana Leitão. **O Primeiro Congresso Português para o Progresso das Ciências**. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2006.

BOTELHO, Antonio José Junqueira. The Professionalization of Brazilian Scientists, the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC), and the State, 1948-60. **Social Studies of Science**, London, Newbury Park and New Delhi, v. 20, n. 3, p. 473-502, 1990.

BRANDÃO, Tiago. A emergência da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974): receção de um modelo e racionalidades tecnocratas. **Análise Social**, Lisboa, v. 52, n. 223, p. 234-279, 2017.

BRANDÃO, Tiago. A representação da Ciência no discurso político do Estado Novo. *In*: REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires (ed.). **O Eterno Retorno: estudos em homenagem a António Reis**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2014a. p. 545-561.

BRANDÃO, Tiago. Ciência e Técnica, Congressos e Exposições. *In*: ROLLO, Maria Fernanda (coord.). **Dicionário de História da I República e do Republicanismo**. Lisboa: Assembleia da República, 2014b. v. I: A-E, p. 692-698.

BRANDÃO, Tiago. O papel das associações para o progresso das ciências na génese das políticas científicas: um olhar comparado. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, [S. l.], v. 18, n. 54, p. 93-123, 2023.

CÂMARA, António de Sousa da. **A investigação científica ao serviço da Nação**. Sep.<sup>a</sup> das 'Memórias', Classe de Ciências. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1947. t. V.

CÂMARA, António de Sousa da. **Alta Cultura e Investigação**. Trabalho lido no SNI em 1956 – Ciclo de Conferências "30 anos de Cultura". Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, Serviço de Informação Agrícola, 1956.

COSTA, Augusto Celestino da. **A universidade portuguesa e o problema da sua reforma**. Conferências feitas em 19 e 22 de abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa. Porto: Tip. 'Renascença Portuguesa', [1918].

CUNHA, Pedro José da. **Discurso na sessão inaugural do Congresso Luso-Espanhol do Porto Progresso das Ciências em 18 de junho de 1942**. Porto: Imprensa Portuguesa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1942.

DATO IRADIER, Eduardo. Discurso inaugural do Congresso pelo Presidente Dom Eduardo Dato Iradier. **O Instituto. Revista Científica e Literária**, Coimbra, v. 64, n. 6, p. 274-288, 1917.

DELICADO, Ana *et al.* **Ciência, profissão e sociedade**: as associações científicas em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

DELICADO, Ana *et al.* **Estudo aprofundado de uma amostra de associações científicas**: relatório de pesquisa. Lisboa: Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea, 2012.

FARO, Manuel José de Abreu. **Humanismo Científico**. Separata da Revista de Etnografia n. 31 Museu de Etnografia e História. Junta Distrital do Porto: Imprensa Portuguesa, 1962.

FERREIRA, Licínia Rodrigues. **Instituto de Coimbra**: o percurso de uma academia. Coimbra: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2012.

FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, hispanismo e seus contrários**: Portugal e Espanha (1908-1931). Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

GARCÍA NAHARRO, Fernando. **Palabras, actores, objetos y lugares**: el CSIC y la demarcación de la ciencia en la España franquista (1939-1966). Madrid: CSIC, 2023.

GONÇALVES, Maria Eduarda. **Ciência e Democracia**. Lisboa: Bertrand, 1996.

GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.). **Comunidade Científica e Poder**. Lisboa: Edições 70, 1993.

JEN. **As principais instituições culturais espanholas e belgas congêneres da JEN**. Coimbra: Junta de Educação Nacional, 1935.

JUNQUEIRA, Luís *et al.* Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. XXVII, p. 67-88, 2014.

KHARLAMOVA, Vera Ivanovna. **F. G. Teixeira e a Comunidade Matemática Europeia nos Séculos XIX-XX**. Tese (Doutorado em Matemática) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2013.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. Discurso inaugural do Congresso pronunciado pelo Dr. F. M. da Costa Lobo (A astronomia em Portugal na actualidade). **O Instituto. Revista Científica e Literária**, Coimbra, v. 72, n. 5, p. 535-574, 1925.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. Discurso pronunciado pelo Presidente do Instituto de Coimbra Dr. Costa Lobo, na sessão de encerramento **O Instituto. Revista Científica e Literária**, Coimbra, v. 64, n. 6, p. 291-293, 1917.

LÓPEZ-SÁNCHEZ, José María. El árbol de la ciencia nacionalcatólica: los orígenes del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, Madrid, v. 38, p. 171-184, 2016.

MACLEOD, Roy M.; COLLINS, Peter (ed.). **The Parliament of Science**: The British Association for the Advancement of Science 1831-1981. Lancaster: Science Reviews Ltd., 1981.

MALET, Antoni. Las primeras décadas del CSIC: Investigación y ciencia para el franquismo. *In*: ROMERO DE PABLOS, Ana; SANTESMASES, María Jesús (ed.). **Cien Años de Política Científica en España**. Bilbao: Fundación BBVA, 2008. p. 211-256.

MATTOS, Edgard dos Santos. **Acordos Culturais e de Cooperação Técnica e Científica**. Lisboa: Tip. Minerva, 1981.

MORAIS, Maria Lúcia de Castro. **A Primeira Década dos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências**. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.

MUÑOZ, Emilio. CSIC, una síntesis de tradición y futuro: media centuria en la balanza de la ciencia española. **Arbor**, Madrid, v. 529, p. 13-27, 1990.

NUNES, Maria de Fátima. Associações e Sociedades Científicas. *In*: ROLLO, Maria Fernanda (coord.). **Dicionário de História da I República e do Republicanismo**. Lisboa: Assembleia da República, 2014a. v. I: A-E, p. 308-312.

NUNES, Maria de Fátima. Ciência e Ideologia nos Congressos da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências. Estratégias científicas, políticas e de relações internacionais. *In*: RUIZ-BERDÚN, Dolores (ed.). **Ciencia y Técnica en la Universidad**: trabajos de historia de las ciencias y de las técnicas. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, 2018. v. 1, p. 483-494.

NUNES, Maria de Fátima. Cientistas. *In*: ROLLO, Maria Fernanda (coord.). **Dicionário de História da I República e do Republicanismo**. Lisboa: Assembleia da República, 2014b. v. I: A-E, p. 709-715.

NUNES, Maria de Fátima. O "público entendimento da ciência" nos congressos da associação para o progresso das ciências: Portugal e Espanha. Estratégias e realidades institucionais. *In*:

NUNES, Maria de Fátima. Sociedade, Congressos e Exposições. *In*: ROLLO, Maria Fernanda (coord.). **Dicionário de História da I República e do Republicanismo**. Lisboa: Assembleia da República, 2014c. v. III: N-Z, p. 306-312.

NUNES, Maria de Fátima; CAROLINO, Luís Miguel. Dossier History of Science: (Re)Opening New Paths. **Portuguese Journal of Social Science**. Lisboa, v. 16, n. 1, p. 3-5, 2017.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. **Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular**. Lisboa: IAC, 1968.

RAMOS, Gustavo Cordeiro. **Objectivos da criação da Junta de Educação Nacional (actual Instituto para a Alta Cultura)**: Alguns aspectos do seu labor. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1951.

RAMOS DO Ó, Jorge. **Os anos de Ferro**: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

REIS, Fábio Wanderley; SCHWARTZMAN, Simon. A SBPC e a Política Científica e Tecnológica Brasileira. **Estudos e Debates**. Brasília, v. 17, p. 59-70, 1990.

ROLLO, Maria Fernanda *et al.* **Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX**: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

RUIZ-BERDÚN, Dolores (ed.). **Ciencia y Técnica en la Universidad**: trabajos de historia de las ciencias y de las técnicas. Madrid: Universidad de Alcalá. Servicio de Publicaciones, 2018. v. I.

SÁNCHEZ-RON, José Manuel (comp.). En torno a la historia del CSIC. **Arbor**, Madrid, v. 160, n. 631-632 (números especiales), p. 295-439, 1998.

SÁNCHEZ-RON, José Manuel. Política científica e ideologia: Albareda y los primeros años del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. **Boletín de la Institución Libre de Enseñanza**, Madrid, v. 14, p. 53-74, 1992.

SÁNCHEZ-RON, José Manuel. Styles in Spanish Science Policy (1900-1960). *In*: GUZZETTI, Luca (ed.). **Science and power**: the historical foundations of research policies in Europe. Luxembourg: European Commission, Office for Official Publications of the European Communities, 2000. p. 161-178.

SANTESMASES, Maria Jesus; MUÑOZ, Emilio. Las primeras décadas del Consejo Superior de Investigaciones Científicas: una introducción a la política científica del régimen franquista. **Boletín de la Institución Libre de Enseñanza**, Madrid, v. 16, p. 73-94, 1993.

SIERRA, Pelayo García. La evolución filosófica e ideológica de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias (1908-1979). **El Basilisco, revista de materialismo filosófico**, Oviedo, v. 15, n. 2, p. 49-81, 1993.

TAVARES, Amândio. **Alocução proferida na sessão inaugural do XXV Congresso Luso-Espanhol (Sevilha)**. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1960.

TAVARES, Amândio. **Discursos proferidos nas sessões plenárias do XXVI Congresso Luso-Espanhol**, separata do Tomo I das Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol Porto 22-26 Junho de 1962. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962.

ZARAGOZA, Frederico Mayor *et al.* El CSIC: una visión retrospectiva. **Arbor**, Madrid, v. 135, n. 529 (número especial), p. 13-115, 1990.

---

### Maria Fernanda Rollo

Historiadora. Doutorada e agregada em História Contemporânea. Professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

---

### Tiago Brandão

Doutor em História Contemporânea e pesquisador do grupo de pesquisa História, Territórios e Comunidades (HTC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH).

---

### Maria Inês Queiroz

Doutora em História Contemporânea e responsável pela área de investigação histórica, preservação e divulgação patrimonial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

---

### Endereço para correspondência:

História, Territórios e Comunidades (CFE)

NOVA FCSH

Av. de Berna 26 C

1069-061

Lisboa, Portugal

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*